



Educar para a Cidadania Global

Contributos para a
Área Curricular de
Cidadania e
Desenvolvimento



U. PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO



OEI



Esta publicação destina-se a ter a mais ampla difusão possível e assim contribuir para o conhecimento e intercâmbio de ideias. Por conseguinte, a sua reprodução é autorizada desde que a fonte seja citada e seja feita sem fins lucrativos.

© Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)
Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, Espanha <https://oei.int/>

Escritório em Portugal

Palácio das Laranjeira, Estrada das Laranjeiras 205, 1649-018 Lisboa,
Portugal <https://oei.int/escritorios/portugal>

© Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto,
Portugal <http://www.fpce.up.pt>

Autores (por ordem alfabética do primeiro nome): Alexandra Sá Costa; Carla Cardoso; Elisabete Ferreira; João Caramelo; Júlio Santos; Teresa Medina.

Coordenação da edição: Paula Barros

Design: OEI

Layout e design interior: Margarida Teixeira, Oficina da OEI em Portugal

Tradução para espanhol: Rui Silva (AICK – Porto)

Versão digital e impressa: janeiro de 2022

ISBN (impresso): 978-989-53515-0-3

ISBN (PDF): 978-989-53515-1-0

Este estudo foi produzido por uma equipa de investigação, no âmbito do Protocolo entre a FPCEUP e a OEI. Sendo baseado numa investigação independente, os resultados e opiniões expressos no estudo são da total e exclusiva responsabilidade das/os autoras/es. O conteúdo do estudo não pode, por isso, ser considerado ou entendido como expressão da posição de nenhuma das instituições que o financiaram e organizaram.

Neste relatório utilizaram-se, prioritariamente, termos que designam grupos de pessoas de ambos os sexos. Em nenhum caso existe qualquer intenção discriminatória ou o desejo de fazer uso sexista da linguagem.



Índice	2
Índice de quadros	3
Índice de figuras	3
Índice de gráficos	3
Lista de siglas e acrónimos	4
Sumário Executivo	5
Introdução	11
1. Da Educação para a Cidadania à Cidadania e Desenvolvimento	13
2. O projeto “Educar para a Cidadania Global”	18
2.1. Objetivos, resultados e atividades do projeto	19
2.2. Entidades parceiras	21
2.3. Contexto de investigação/formação	25
2.4. Desenvolvimento do projeto/Princípios metodológicos	26
2.5. Disseminação	29
Apresentação e Análise dos Resultados	31
3.1. Levantamento de recursos	32
3.1.1. Trabalhos académicos no campo da ED/ECG em contexto escolar	32
3.1.2. Recursos educativos de ED/ECG produzidos por ONGDs e outras OSC	34
3.2. Experiências das oficinas de formação de professores	38
3.2.1. Justificação e contextualização: porquê esta formação?	38
3.2.2. Objetivos e conteúdos – O quê? Para quê?	39
3.2.3. Operacionalização das oficinas: como aconteceu a oficina de CD?	40
3.2.4. Reflexões à luz das perceções de professores e coordenadores	45
3.3. Experiências de implementação da área curricular de CD em escolas de Gondomar – Vozes dos Professores	47
3.3.1. Conceções e práticas de professores e coordenadores em torno da área curricular de CD	48
3.3.2. Perceções dos professores sobre as práticas em CD	49
3.3.3. Perceções dos professores sobre o desempenho/interesse dos alunos em CD	50
3.3.4. Constrangimentos ao trabalho docente na área curricular de CD	52
4 Considerações finais	54
Bibliografia	58
Legislação e documentos oficiais nacionais	59
Apêndice 1 – Cartaz e Programa do Seminário Final do projeto	60

Índice de gráficos

Gráfico 1	Recursos educativos por OSC	35
Gráfico 2	Formatos mais frequentes dos recursos educativos	37

Índice de figuras

Figura 1	Interrelações entre entidades parceiras	24
Figura 2	Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto	27
Figura 3	Domínios de CD nos Recursos Educativos de ED/EC identificados	36
Figura 4	O projeto: resultados esperados, atividades desenvolvidas e resultados obtidos	55

Índice de quadros

Quadro 1	Constituição dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Gondomar	25
Quadro 2	Teses/dissertações/relatórios que abordam a ED/ECG em contexto escolar	32
Quadro 3	Trabalhos por ano de finalização	33
Quadro 4	Dados sobre as oficinas de formação de professores	41
Quadro 5	Número de formandos por AE/ENA de origem	41
Quadro 6	Número de participantes nas oficinas por grupo de recrutamento	42
Quadro 7	Exemplos de propostas de trabalhos finais – Oficina nº 4	44
Quadro 8	Caraterização de professores/coordenadores entrevistados	48



LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AE – Agrupamento de Escolas

ACD – Ação de Curta Duração

CCPFC – Conselho Científico-Pedagógico para a Formação Contínua

CD – Cidadania e Desenvolvimento

CFAE – Centro de Formação da Associação de Escolas

CFJR – Centro de Formação Júlio Resende

ED/ECG – Educação para o Desenvolvimento / Educação para a Cidadania Global

DAC – Domínio de Autonomia Curricular

DGE – Direção-Geral da Educação

ENA – Escola Não Agrupada

ENED – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ENEC – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

GENE – Global Education Network Europe

INE – Instituto Nacional de Estatística

ME – Ministério da Educação

ODS – Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

OEI – Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC – Organização da Sociedade Civil

PASEO – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura





S U M Á R I O E X E C U T I V O

O projeto "Educar para a Cidadania Global: Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento" foi desenvolvido numa parceria tripartida que envolveu a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) – Centro para a Cooperação Internacional, Formação e Desenvolvimento (CCIfD), o Centro de Formação de Professores Júlio Resende (CFJR) e a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Cada uma das entidades parceiras assumiu responsabilidades e tarefas específicas: a equipa responsável pela conceção e desenvolvimento do projeto foi constituída por docentes e investigadores da FPCEUP – Alexandra Sá Costa, Elisabete Ferreira, João Caramelo e Teresa Medina (por ordem alfabética do primeiro nome), por um professor destacado pelo Ministério da Educação na FPCEUP (e investigador na mesma instituição) – Júlio Santos, tendo o apoio de uma bolsista contratada – Carla Cardoso. Esta equipa trabalhou em estreita articulação com a diretora do Escritório da OEI em Portugal e a coordenadora do programa de educação e parcerias da OEI – respetivamente, Ana Paula Laborinho e Paula Barros – e com a diretora e representante para a autonomia e flexibilidade curricular do CFJR, respetivamente – Graça Pires e Ana Coelho.

Reconhecendo a importância da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, tendo em conta experiências anteriores de trabalho conjunto entre a FPCEUP e o CFJR no âmbito da formação de professores e coordenadores da área e a relevância do trabalho desenvolvido pela OEI, o projeto assumiu como objetivos gerais:

a/ contribuir para a implementação da área curricular de **Cidadania e Desenvolvimento** nas escolas, em Portugal, no âmbito do Referencial de Educação para o Desenvolvimento, com ligação à ENED e à Agenda dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), através do levantamento de práticas e materiais, do reforço da formação de professores e da criação e/ou aperfeiçoamento de metodologias e materiais de apoio ao trabalho nas escolas;

b/ contribuir subsidiariamente para o **Programa Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania**, numa lógica de partilha de conhecimentos e aprendizagem mútua.

Os objetivos específicos do projeto incluíam: produzir um **documento de sistematização sobre experiências** de implementação do referencial de ED, metodologias e práticas; sensibilizar para a utilização e implementação do **Referencial de ED**, enquanto contributo para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e enquanto instrumento de cri-

ação de mudanças educativas com vista à transformação social; construir e/ou adaptar **materiais pedagógicos** na área de ED e ECG que possam contribuir para o enriquecimento curricular da área de Cidadania e Desenvolvimento (incluindo os materiais do projeto “*Luzes para a Cidadania*” da OEI); valorizar **ações de formação de professores** na área de ED e ECG previstas com materiais da OEI, contribuindo para que esta área possa ser efetivamente apropriada e implementada no contexto das Escolas, na sala de aula e na comunidade; **divulgar resultados** e eventuais parcerias de forma a fomentar conhecimento, atitudes e ações no quadro da Educação para a Cidadania.

Os **resultados esperados** com o desenvolvimento do projeto eram os seguintes:

- 1 Levantamento de experiências/aprendizagens sobre ED/ECG;
- 2 Oficinas realizadas (60 horas de formação total) e materiais de ED/ECG utilizados, incluindo os materiais da OEI;
- 1 Seminário de divulgação de resultados realizado (que vai envolver, entre outros, os 60 Professores formados nas 2 oficinas realizadas em 2019 e 2020, apresentando os trabalhos finais/propostas de atividades na área de ED/ ECG);
- 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada envolvidos.

O presente trabalho de investigação dá conta das diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, nas suas dimensões de formação, investigação e disseminação. Para além da introdução, o documento está organizado em **três capítulos** – o primeiro, dedicado à contextualização do projeto, considerando os diferentes enquadramentos legais da área de Educação para a Cidadania; o segundo, apresenta o projeto nas suas diferentes atividades e modos de desenvolvimento;

o terceiro, faz a apresentação e análise dos resultados em torno de três eixos (recursos educativos identificados, experiência das oficinas de formação de professores; conceções de CD, práticas pedagógicas e constrangimentos à implementação da área curricular. Para finalizar, apresentam-se considerações finais, dando conta do nível de concretização dos resultados esperados e realçando os desafios que o projeto permitiu identificar na implementação da área curricular de CD.

Os trabalhos no âmbito do projeto “Educar para a Cidadania Global – Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento” debruçaram-se sobre a implementação desta área nos **agrupamentos de escolas e escola não agrupada associados ao CFJR, situado no concelho de Gondomar**. O despoletar da pandemia Covid-19, com o conseqüente encerramento das escolas, forçou uma reorganização do projeto, dado ter ficado impossibilitado o acesso direto às escolas e às práticas docentes. As alterações mais substanciais verificaram-se: **1)** nos prazos de execução do projeto, que foram estendidos, com a conseqüente extensão do contrato da bolsa; **2)** na suspensão das atividades em contexto escolar (o que implicou a não observação de aulas e que as entrevistas e oficinas decorressem no formato online); **3)** na data e formato do seminário final, previsto para maio de 2020, e que veio a decorrer, em formato online, nos dias 26 e 27 de novembro do mesmo ano; **4)** na decisão de criação de um sítio web do projeto, que se constituísse como um espaço de partilha de informações, resultados do projeto e recursos educativos.

Foi realizado um conjunto de atividades de **formação, investigação e disseminação**, salientando-se que estas não obedeceram a uma lógica sequencial, tendo todas elas alimentado o Projeto, num quadro, inevitavelmente, marcado pela pandemia.

Mais concretamente, as **atividades desenvolvidas** incluíram: 15 Entrevistas a professores e coordenadores de CD; 1 Levantamento recursos educativos de ED/ ECG e de Teses e Dissertações sobre ED/ ECG nas Escolas; 3 Oficinas de formação de professores; 1 Seminário Final do Projeto; o Envolvimento e participação de 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada (CFJR) e 4 Agrupamentos de Escolas de outros CFAE; a Criação de uma logo do projeto; a Criação de uma Página Web; e a Participação em evento científico, com apresentação de comunicação. Este conjunto de ações permitiram alcançar os seguintes resultados:

- conhecimento de conceções e práticas pedagógicas na área curricular de CD em contexto de sala de aula/escola;
- identificação e classificação por domínios/ temas de 71 recursos educativos em ED/ ECG, em língua portuguesa e integrando propostas de atividades, disponíveis publicamente para serem mobilizados na área curricular de CD e criação de base de dados;
- identificação de 83 dissertações e relatórios de mestrado e teses de doutoramento produzidas sobre ED/ECG no contexto escolar e criação de base de dados;
- realização de 3 Oficinas de formação de professores; 68 professores formados; 90 horas de formação realizadas; mobilização do Referencial de Educação para o Desenvolvimento e da ENED;
- realização de Seminário Final do projeto, com apresentação de projetos de escolas e participação das entidades parceiras, DGE e Ministério da Educação; acreditado como ACD; 473 participantes; 225 professores acreditados;
- envolvimento de 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada (CFJR) e 4 Agrupamentos de Escolas de outros CFAES;
- criação de logo do projeto e de página Web para disseminação dos resultados do projeto;
- apresentação de comunicação no XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação;
- apresentação de Relatório Final do projeto.

Os resultados inicialmente previstos não só foram cumpridos, como superados.

Face à dinâmica do projeto e aos ajustes realizados e já referidos, foi possível desenvolver atividades que não estavam programadas e, assim, atingir novos resultados. Os resultados permitiram cumprir os objetivos do projeto, nomeadamente no que diz respeito aos contributos da ED/ECG para a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Os dados obtidos através da diversidade de atividades realizadas, que cruzaram as dimensões de formação, investigação e disseminação, permitiram a emergência e identificação dos contributos da ED/ECG para a CD, mas também os desafios que se colocam a esta nova área curricular, sobretudo, se entendida enquanto nova área e não apenas como replicação de áreas e/ou disciplinas com existências mais ou menos efémeras no Sistema Educativo.

Se a conjugação da Cidadania com o Desenvolvimento na identificação da área curricular não for resultado de um acaso, mas sim da assunção de um mandato educativo que concetualiza a Cidadania para além das fronteiras nacionais, complexificando as questões que lhe estão associadas, num contexto de crescente interdependência e globalização, então importa acentuar alguns desafios que emergiram no quadro deste projeto e que se organizam em torno de cinco grandes domínios:

Concetualização da área de CD; Apropriação e institucionalização da área de CD; Formação de professores e coordenadores; Recursos Educativos; e Parcerias.

Estes constituem-se, simultaneamente, como desafios para a adoção/implementação desta área curricular no contexto específico dos agrupamentos e escolas envolvidos no projeto (eventualmente, como desafios comuns a contextos análogos) e poderão servir como base de reflexão e ponto de partida para o lançamento de uma segunda fase deste projeto.

1. No que respeita à concetualização da área de CD, especificamente quanto à articulação entre cidadania e desenvolvimento, surge como relevante:

1.1. clarificar melhor a identidade da área e os seus objetivos e princípios enquadradores, tendo em conta que a sua genealogia ao ser associada ao que foram a Formação Pessoal e Social, a Formação Cívica, a Educação para a Cidadania, introduz alguma ambiguidade no modo como se concebe o que a área curricular de CD é ou pode ser;

1.2. valorizar a dimensão do desenvolvimento e da cidadania global em toda a sua extensão, nos documentos que são mobilizados para enquadrar o trabalho dos docentes;

1.3. ultrapassar a subordinação exclusiva da área de CD à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, dado que as características desta induzem uma conceção de cidadania e desenvolvimento por acumulação e adição de temas identificados;

1.4 não restringir a área de Cidadania e Desenvolvimento às Estratégias Nacional de Educação para a Cidadania e Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola;

1.5 articular as duas estratégias nacionais que convergem para a área curricular de CD – ENED e ENEC – numa lógica de coerência nas políticas públicas.

2. No que respeita à apropriação e institucionalização da área de CD:

2.1. articular a área de CD com os projetos educativos de agrupamento, através da participação dos coordenadores da área de CD no Conselho Pedagógico, de modo a permitir uma discussão mais integrada da área e potenciar a construção de entendimentos mais alargados entre o conjunto dos grupos disciplinares;

2.2. ponderar a possibilidade de uma eventual profissionalização de professores para a docência na área curricular de CD, enquanto forma de contrariar um ambiente que tende a atribuir à área um carácter conjuntural e provisório, ao sabor do contexto político e das mudanças a nível do ME;

2.3. considerar a tensão entre o significado positivo atribuído à área pelos respetivos professores e coordenadores e a desvalorização que sentem daquela por parte de outros professores;

2.4. acautelar a desvalorização da área curricular, pelos próprios professores acautelar a desvalorização da área curricular, pelos próprios professores responsáveis por ela, no ensino secundário, face à pressão da avaliação externa das aprendizagens em disciplinas consideradas nucleares.

3. No que respeita a formação de professores e coordenadores:

3.1. aprofundar e consolidar, concetual e metodologicamente, a área da ED/ECG e o seu contributo para a implementação da área curricular de CD, com foco na componente do desenvolvimento sustentável e na relação entre Cidadania e Desenvolvimento;

3.2. valorizar o conhecimento, experiências, competências, estratégias e valores inerentes à área de Cidadania, que muitos professores já trabalham nas suas salas de aula ao longo dos últimos anos, de modo a recontextualizá-los para a nova área de CD, que os pode "empoderar" e dar um novo sentido ao seu trabalho;

3.3. atribuir relevância, em situações de formação, aos contextos de trabalhos dos professores, com a aposta no trabalho colaborativo e na reflexão crítica sobre esta área, com implicações concretas para a ação e implementação da área de CD.

4. No que respeita aos recursos educativos:

4.1 investir na criação e/ou adaptação de recursos educativos inovadores para a efetiva implementação da área, sobretudo no que tange à dimensão do Desenvolvimento (trabalhar e refletir sobre a ligação entre Cidadania e Desenvolvimento), e analisar criticamente os materiais existentes em ED/ECG para poderem ser utilizados de forma consciente numa perspetiva de Cidadania Global inteligente;

4.2. promover a investigação sobre conceções, práticas, metodologias, recursos e trabalhos na área curricular de CD;

4.3 mobilizar conhecimento produzido em contextos académicos sobre a área de CD, junto de escolas e professores.

5. No que respeita às parcerias:

5.1. desenvolver um trabalho educativo mais globalizado (outros atores educativos e outras modalidades de ação educativa) por via do estabelecimento de parcerias com diferentes entidades e projetos, mas sem o reduzir à simples adição de um conjunto de iniciativas não articuladas entre si, fragmentadas e desenquadradas do contexto local e do projeto educativo do agrupamento;

5.2. desenvolver parcerias para a 'internacionalização' da formação e aprendizagens com outros contextos do Sul Global: a dimensão 'global' do ser educador e professor é muito relevante e crucial, podendo a área de Cidadania e Desenvolvimento ter um papel importante de enquadramento desta dimensão e na sua inclusão a nível do currículo, da escola e da comunidade local e global.



I N T R O D U Ç Ã O

O projeto “Educar para a Cidadania Global: Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento” nasce da colaboração estabelecida entre a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)/Centro para a Cooperação Internacional, Formação e Desenvolvimento (CCIfD) e o Centro de Formação de Professores Júlio Resende (CFJR), tendo como objetivo principal apoiar o plano de formação do CFJR para professores e coordenadores da nova área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD), no contexto dos agrupamentos e escolas de Gondomar.

No âmbito desta colaboração desenvolveu-se uma **oficina de formação de professores**, denominada “Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global - contributos para a componente de Cidadania e Desenvolvimento”, devidamente acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua de professores (CCPFC).

Após a realização da 1ª oficina de formação – oficina piloto – e dada a natureza e âmbito dessa experiência de formação, que incide e valoriza (n)a dimensão de cidadania global e o seu contributo para a área de CD, constatou-se a importância de vir a desenvolver um **projeto de investigação/formação** em torno destas problemáticas e a pertinência de o mesmo envolver uma parceria de carácter internacional.

Assim, estabeleceram-se contactos com a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que tendo aberto um escritório em Portugal, em 2017, e tendo em curso o Programa Ibero-Americano para a Democracia, Cidadania e Direitos Humanos, manifestou interesse em participar e cofinanciar o projeto.

Sendo a OEI uma organização internacional multilateral, com foco na região ibero-americana, e desenvolvendo projetos nos setores da Ciência, Educação e Cultura, em estreita relação com os ministérios da educação dos diferentes Estados-membros, a sua participação e apoio, no âmbito do sistema educativo português, contribuiria para **afirmar e consolidar a dimensão de educação para o desenvolvimento e cidadania global** enquanto temática estruturante que atravessa todas as atividades do projeto.

Estavam assim criadas as condições para o desenvolvimento do projeto “Educar para a Cidadania Global – Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas Escolas”, desenvolvido pela FPCEUP/CCIfD, em parceria com o CFJR, no quadro do trabalho de formação de professores e apoio à implementação da área curricular de CD nas escolas e em parceria e com apoio financeiro da OEI.

Os trabalhos no âmbito do projeto “Educar para a Cidadania Global – Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento” debruçaram-se sobre a implementação desta área nos **agrupamentos de escolas e escola não agrupada associados ao CFJR, situado no concelho de Gondomar**, tendo por base a experiência da primeira oficina de formação de professores, a qual possibilitou a partilha de experiências com os professores, dando ao projeto uma ligação profunda com o contexto escolar, que se considera muito importante. Adicionalmente, a parceria com a OEI deu ao projeto e às oficinas um novo carácter, na medida em que proporcionou aos professores um contacto com experiências de educação para o desenvolvimento de países do Sul Global e com a perspetiva de ação educativa de uma organização multilateral.

Assim, o “projeto nasce, por um lado, da necessidade de auscultar e apoiar as Escolas na implementação da Educação para a Cidadania Global (ECG) a partir dos seus contextos e das práticas de cidadania existentes, com vista a fortalecer a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas Escolas e comunidades educativas, incluindo estratégias de participação efetiva dos alunos. Por outro lado, surge também da necessidade de fortalecer uma ‘cultura de apoio’ aos professores no quadro da implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, com especial foco na implementação do referencial de ED da DGE, da ENED 2018-2022,

no âmbito mais alargado da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Proposta técnica da Adenda do Protocolo entre a FPCEUP e a OEI).

Com a elaboração e apresentação do presente trabalho de investigação, visa-se dar conta das diferentes atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, nas suas dimensões de investigação, formação e disseminação e contribuir para o reforço da implementação da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas.

A publicação está organizada em **três capítulos**, para além da presente Introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo faz-se uma contextualização do projeto, considerando os diversos enquadramentos legais da área de Educação para a Cidadania, salientando a atual configuração da mesma e possíveis articulações com estratégias nacionais. No segundo capítulo apresenta-se o projeto nas suas diferentes atividades e modos de desenvolvimento. No terceiro capítulo faz-se a apresentação e análise dos resultados em torno de três eixos: recursos educativos identificados, experiência das oficinas de formação de professores; conceções de CD, práticas pedagógicas e constrangimentos à implementação da área curricular. Para finalizar, apresentam-se considerações finais, dando conta do nível de concretização dos resultados esperados e realçando os desafios que o projeto permitiu identificar na implementação da área curricular de CD.

01

Da educação para a cidadania à cidadania e desenvolvimento



O projeto sobre o qual incide este trabalho de investigação teve início em outubro 2019 e os seus objetivos gerais foram assim identificados:

- 1) Contribuir para a **implementação da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas em Portugal**, no âmbito do referencial de Educação para o Desenvolvimento (ED-DGE), com ligação à Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) e à Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através do levantamento de práticas e materiais, do reforço da formação e da criação e/ou aperfeiçoamento de metodologias e materiais de apoio ao trabalho nas escolas.
- 2) Contribuir subsidiariamente para o **Programa Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, Democracia e Cidadania**, numa lógica de partilha de conhecimento e aprendizagem mútua.

A razão pela qual se articula, desde logo no primeiro objetivo enunciado, a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento à Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, prende-se com o pressuposto inicial que lançou este projeto, por referência à dimensão de investigação: **sendo a área curricular designada de Cidadania e Desenvolvimento, de que forma as questões do desenvolvimento estão nela presentes?**

Esta preocupação surge do investimento que tem vindo a ser feito por quem constitui esta equipa de investigação, ao longo dos anos, em que realçamos o trabalho de Avaliação Externa da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), que esteve em vigor entre 2010 e 2016, mas não só.

Outro aspeto que esteve na base deste projeto foi a constatação de que, ao longo dos anos, as questões de cidadania no currículo do Sistema Educativo português têm vindo a assumir diferentes formas, nomeadamente no que diz respeito ao seu modo de existência curricular e à sua designação e enfoque que, obviamente, alteram a perspetiva que esta tem tido ao longo dos anos. Importava, pois, compreender esses modos de existência curricular que nos trouxeram até à forma atual que articula, na designação da área, a Cidadania com o Desenvolvimento.

A inclusão da preocupação com a cidadania encontra-se, desde logo, nos princípios organizativos do Sistema Educativo, presentes na LBSE, publicada em 1986. Com a Reforma do Sistema Educativo, através do Decreto-Lei 286/89, que criou as áreas curriculares “*Área-escola*” e “*Formação pessoal e social*” e, mais tarde, o Decreto-Lei 06/2001, que aprovou a reorganização curricular do ensino básico, determinou “*a criação de três áreas curriculares não disciplinares – área de projeto, estudo acompanhado e formação cívica*” (Decreto-Lei 06/2001), consagrando, entre outras, a educação para a cidadania. Mantendo-se presente na matriz curricular do ensino básico, a “*Formação Cívica*” desaparece da matriz curricular do ensino secundário, em 2001, mantendo-se apenas a, agora disciplina, “*Área de Projeto*” na componente de Formação Pessoal e Social, apesar de se manter a Educação Moral e Religiosa como opção desta componente (cf. Decreto-Lei 7/2001). Neste Decreto-Lei é referido, enquanto princípio orientador, a “*Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as componentes curriculares*”. Este carácter de transversalidade no ensino secundário manteve-se em 2004.

Através do Decreto-Lei 74/2004 que introduziu alterações no ensino secundário relativas à gestão e organização do currículo, assim como à avaliação das aprendizagens, a *"transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares"* (Decreto-Lei 74/2004) é mencionada também como princípio orientador da gestão e organização do currículo.

Uma nova mudança é operada em 2011, com o Decreto-Lei 50/2011, que elimina a Área de Projeto e *"cria a disciplina de Formação Cívica no 10.º ano, com vista a reforçar a formação nas áreas da educação para a cidadania, para a saúde e para a sexualidade"*. Em 2012, com a publicação dos princípios orientadores da organização e gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei 139/2012), é assumida a intenção de *"redução da dispersão curricular"*, determinando-se *"que a educação para a cidadania enquanto área transversal seja passível de ser abordada em todas as áreas curriculares, não sendo imposta como uma disciplina isolada obrigatória, mas possibilitando às escolas a decisão da sua oferta nos termos da sua materialização disciplinar autónoma"* (Decreto-Lei 139/2012).

Em 2016, com o Despacho 6173/2016, é expressa a intenção do Programa de Governo de desenvolver a área de Cidadania, Direitos Humanos e Igualdade de Género, que culmina com a apresentação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania em 2017, sendo publicado, em 2018, o decreto lei que *"estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória"* (Decreto-Lei 55/2018).

Neste Decreto-Lei determina-se a implementação da *"componente de Cidadania e Desenvolvimento, enquanto área de trabalho presente nas diferentes ofertas educativas e formativas, com vista ao exercício da cidadania ativa, de participação democrática, em contextos interculturais de partilha e colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade"* (Decreto-Lei 55/2018).

Como se verifica, **a dimensão da Cidadania está presente no currículo do Sistema Educativo Português de forma diversa e intermitente**. Não só a forma como é identificada – *"educação para a cidadania"*; *"formação pessoal e social"*; *"formação cívica"* – enuncia conceções diferentes desta área, como a constante alteração do seu modo de existência curricular (como disciplina; área curricular não disciplinar; dimensão transversal do currículo), num vaivém constante, lhe retira importância simbólica no mandato do Sistema Educativo português (sobretudo se considerarmos a diferença desses modos de existência no ensino básico e no ensino secundário). Estes dois aspetos podem contribuir para uma desvalorização desta dimensão educativa da escola, pela sociedade, mas também pelos professores, no sentido em que a podem percecionar como não merecedora de investimento profissional uma vez que ora existe, ora deixa de existir, ora é entendida com propósitos diferentes.

Atualmente, o Decreto-Lei 55/2018 define que a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) é *"a estratégia que visa o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural, através da componente de Cidadania e Desenvolvimento"* (Decreto-Lei 55/2018).

Deste modo, é com a criação desta área curricular que, pela primeira vez, se associa o termo 'Desenvolvimento' ao termo 'Cidadania', de forma copulativa. Neste sentido, foi intenção do projeto compreender se, e de que forma, são articuladas as dimensões de Desenvolvimento e de Cidadania nesta nova área curricular, no sentido em que a inclusão da dimensão de Desenvolvimento apontará para uma conceção de Cidadania que não se esgota na formação cívica e que compreende, tanto a dimensão local, como a dimensão global da Cidadania.

Esta intenção assume uma particular relevância quando a designação da área, com a inclusão da dimensão Desenvolvimento, parece ser atravessada por diversas ambiguidades, cujas implicações nas escolas/agrupamentos e no trabalho dos professores e coordenadores da área importará compreender. Efetivamente, no Decreto-Lei 55/2018, tal como na própria ENEC, encontramos desde logo uma primeira ambiguidade: se a Estratégia é de "*Educação para a Cidadania*", a área curricular é de "*Cidadania e Desenvolvimento*", não sendo claro, no documento estratégico, como se relacionam estas duas últimas.

Na verdade, a ENEC nunca refere como se constrói esta conceção de cidadania em articulação com as questões de desenvolvimento, não obstante a indicação de documentos nacionais e internacionais de referência "*para uma compreensão das perspetivas contemporâneas da Educação para a Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável*" (ENEC, p. 5).

Para além dos documentos de referência, de alguns pressupostos de partida e da identificação de aprendizagens esperadas em Cidadania e Desenvolvimento, a ENEC centra-se, essencialmente, na enunciação dos domínios de "*Educação para a Cidadania*" (e não de "*Cidadania e Desenvolvimento*"), numa lógica cumulativa, e nos modos de organização curricular, deixando revelar uma segunda ambiguidade.

Um dos domínios do 1º grupo (obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade) é o de "*Desenvolvimento sustentável*", o que pode contribuir para uma confusão concetual da área curricular: o 'desenvolvimento' em "*Cidadania e Desenvolvimento*" é uma configuração dos modos de entender a cidadania ou é um tema a ser trabalhado, a par da saúde, interculturalidade, media, entre outros?

Esta segunda ambiguidade é reforçada pela consulta ao sítio web da DGE: no separador "*Currículo*" encontra-se, entre outras, a "*Educação para a Cidadania*" (apesar de a área curricular ser "*Cidadania e Desenvolvimento*") e esta organiza-se num conjunto de outros separadores, entre os quais o separador "*Domínios*", que organiza, para cada um dos domínios identificados na ENEC, informações, documentos e referenciais que possam ser úteis para os professores no âmbito da programação da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Ora, no domínio "*desenvolvimento sustentável*", encontra-se disponibilizado o Referencial de Educação para o Desenvolvimento, para além de informação sobre a Rede Europeia para a Educação Global (Global Education Network Europe – GENE) e da ENED.

A inclusão da ENED como documento de referência do domínio "*desenvolvimento sustentável*" da "*Educação para a Cidadania*" revela uma terceira ambiguidade: a forma como coexistem temporalmente, ao nível das políticas públicas de educação, a ENEC e a ENED.

Em 2010, Portugal estabeleceu a sua primeira ENED, através de um Despacho Conjunto dos, à época, Secretários de Estado da Cooperação e Negócios Estrangeiros e Adjunto e da Educação (Despacho n.º 25931/2009). Em vigor até 2015, e posteriormente estendida até 2016, a ENED tinha como objetivo geral "*Promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente*

interdependência, tendo como horizonte a ação orientada para a transformação social” e, como um dos seus quatro objetivos específicos, “Promover a consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas” (Despacho n.º 25931/2009). No âmbito da então ENED foi construído o Referencial de Educação para o Desenvolvimento que, como já referido, consta como um dos documentos de referência do domínio “desenvolvimento sustentável” disponibilizado no sítio web da DGE.

Em 2018 foi publicada uma nova versão da ENED, agora como Resolução do Conselho de Ministros, o que aponta para a característica de transversalidade temática e política que a Educação para o Desenvolvimento (ED) assume nas políticas públicas em Portugal. Nesta, é assumido que *“os princípios que norteiam a ED são coerentes com o seu horizonte último: a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis, comprometidos e comprometidas com um processo de transformação social no sentido de construir sociedades mais justas, solidárias, inclusivas, sustentáveis e pacíficas. Tais princípios norteiam a ação educativa e estão associados a valores expressos através da forma como as pessoas atuam e justificam o seu modo de agir e as competências demonstradas em contextos diversificados”* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018). Na ENED, são identificados como atores de ED, entre outros, as *“escolas, entendidas enquanto comunidades educativas, incluindo todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação”*.

Encontramos, assim, plasmada nas duas ENED já publicadas, uma conceção de ED ancorada na Educação para a Cidadania Global que, não tendo uma definição estabilizada e consensualizada, aponta para dimensões atualmente fulcrais tais como a **interdependência**, a **articulação entre o local e o global**, a **solidariedade**, a **equidade e justiça social**, a **participação** e a **transformação social**.

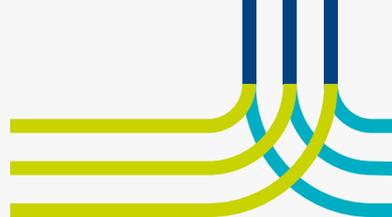
Deste modo, a Educação para o Desenvolvimento, reconhecida pelo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, em 2017, ou a Educação Global ou Educação para a Cidadania Global, como é designada noutros contextos europeus, define uma perspetiva sobre cidadania articulada com os desafios globais contemporâneos estruturada nos temas presentes na ENEC.

Se, tal como refere o Ministério da Educação, a “Educação para a Cidadania” é desenvolvida através da área curricular de “Cidadania e Desenvolvimento”, não seria de esperar que as dimensões do desenvolvimento fossem articuladas com as dimensões de cidadania, numa articulação forte entre dois documentos estratégicos nacionais, de forma a não existirem duas estratégias ou até, como parece, que uma seja um tema da outra? Para além da ambiguidade da coexistência de duas estratégias, a desarticulação entre os termos “Educação para a Cidadania” (que designa a estratégia nacional e as estratégias de escola) e “Cidadania e Desenvolvimento” (que designa a área curricular), e que foi assinalada enquanto primeira ambiguidade, pode potenciar um problema de fundo e que importa analisar: a forma como é apropriada a área curricular pelos professores.

02

O projeto "Educar para a Cidadania Global"





"Educar para a Cidadania Global - Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento"

2.1

Objetivos, resultados e atividades do projeto

a. Objetivos

Reconhecendo a importância da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, tendo em conta experiências anteriores de trabalho conjunto entre a FPCEUP e o CFJR, no âmbito da formação de professores e coordenadores da área, e a relevância do trabalho desenvolvido pela OEI, o projeto "Educar para a Cidadania Global – contributos para a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento", resultante de uma parceria entre as três entidades, assumiu como objetivos gerais aqueles já identificados anteriormente (cf. p.17) e como objetivos específicos:

Objetivo Específico 1 – Produzir um documento de sistematização sobre experiências de implementação do referencial de ED, metodologias e práticas;

Objetivo Específico 2 – Sensibilizar para a utilização e implementação do Referencial de ED, enquanto contributo para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento e enquanto instrumento de criação de mudanças educativas com vista à transformação social;

Objetivo Específico 3 – Construir e/ou adaptar materiais pedagógicos na área de ED e ECG que possam contribuir para o enriquecimento curricular da área de Cidadania e Desenvolvimento (incluindo os materiais do projeto "Luzes para a Cidadania" da OEI);

Objetivo Específico 4 – Valorizar ações de formação de professores na área de ED e ECG previstas com materiais da OEI, contribuindo para que esta área possa ser efetivamente apropriada e implementada no contexto das Escolas, na sala de aula e na comunidade;

Objetivo Específico 5 – Divulgar resultados e eventuais parcerias de forma a fomentar conhecimento, atitudes e ações no quadro da Educação para a Cidadania.

b. Resultados

Os resultados esperados com este projeto eram os seguintes:

R.1. 1 Levantamento de experiências/aprendizagens sobre ED/ECG;

R.2. 2 Oficinas realizadas (60 horas de formação total) e materiais de ED/ECG utilizados, incluindo os materiais da OEI;

R.3. 1 Seminário de divulgação de resultados realizado (que vai envolver, entre outros, os 60 Professores formados nas 2 oficinas realizadas em 2019 e 2020, apresentando os trabalhos finais/propostas de atividades na área de ED/ECG);

R.4. 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada envolvidos.

c. Atividades

No protocolo estabelecido, consensualizou-se que os Objetivos e Resultados definidos seriam concretizados através das seguintes atividades:

A.1. Coordenação e gestão;

A.2. Levantamento de práticas, orientações metodológicas e materiais disponíveis;

A.3. Formação de professores;

A.4. Partilha/divulgação de resultados e promoção de parcerias.

Entidades parceiras

Cada uma das entidades parceiras envolvidas no projeto assumiu responsabilidades e tarefas específicas, tal como se apresenta de seguida. A equipa responsável pela conceção e desenvolvimento do projeto foi constituída por docentes e investigadores da FPCEUP – Alexandra Sá Costa, Elisabete Ferreira, João Caramelo e Teresa Medina (por ordem alfabética do primeiro nome) –, por um professor destacado pelo Ministério da Educação na FPCEUP (e investigador na mesma instituição) – Júlio Santos – e com o apoio de uma bolsreira contratada – Carla Cardoso. Esta equipa trabalhou em estreita articulação com a diretora do Escritório da OEI em Portugal e da coordenadora do programa de educação e parcerias da OEI – respetivamente, Ana Paula Laborinho e Paula Barros – e com a diretora e a representante para a autonomia e flexibilidade curricular do CFJR, respetivamente, Graça Pires e Ana Coelho.

a. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

A FPCEUP é uma das 14 faculdades da UPorto. Tendo iniciado a sua atividade em 1980, a FPCEUP é uma instituição de referência na formação e investigação nos domínios da Psicologia e das Ciências da Educação, contribuindo para a formação de profissionais inseridos no tecido social em áreas como a educação, a justiça, a saúde, a administração pública, as empresas e a animação sócio cultural, entre outras.

Afirmando-se como uma **instituição na vanguarda da investigação**, com um contributo nacional e internacionalmente reconhecido, a FPCEUP acolhe dois centros de investigação financiados pela FCT e diversas estruturas (laboratórios e observatórios) que criam as condições para o desenvolvimento da investigação em diversos âmbitos, favorecendo desde cedo o contacto dos estudantes com as atividades aí desenvolvidas. O Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) promove investigação de excelência sobre questões-chave no domínio educativo e social, visando contribuir para o avanço do conhecimento em educação e promovendo a inclusão, a justiça social e a cidadania ativa. Os professores e investigadores da FPCEUP associados a este projeto são membros integrados no CIIE, além de membros fundadores do Centro para a Cooperação Internacional, Formação e Desenvolvimento (CCIfD) da FPCEUP.

No âmbito deste projeto, e para fins de execução protocolados, foi responsabilidade da FPCEUP:

- a/ Garantir a implementação e qualidade das atividades necessárias para o cumprimento dos objetivos e obtenção dos resultados acordados;
- b/ Gerir os recursos da colaboração rigorosamente, com eficiência e eficácia a favor de uma maior pertinência e de um impacto verificável da ação;
- c/ Realizar a gestão e coordenação técnica e logística geral;
- d/ Selecionar e enquadrar o bolsreiro do projeto e supervisionar o seu trabalho;
- e/ Identificar e envolver outros parceiros interessados em participar e que sejam relevantes para o sucesso do projeto;



f/ Realizar, em articulação com a OEI, a avaliação final do projeto, mediante a apresentação de um relatório. (Adenda ao protocolo entre a FPCEUP e a OEI)

b. Organização de Estados Ibero-Americanos

A OEI, criada em 1949, é uma organização internacional de caráter intergovernamental para a cooperação entre países da Ibero-América no campo da educação (de qualidade e em condições de igualdade e equidade, ao longo da vida), da ciência, tecnologia e da cultura, no contexto do desenvolvimento integral, democracia e integração regional. Tem sede em Madrid e 23 países membros. Portugal é membro da OEI desde 2002 e o Escritório da OEI, em Portugal foi criado em 2017.

A OEI é a **primeira organização multilateral de cooperação intergovernamental a nível ibero-americano e a de maior presença e atividade na região**, o que é sustentado por uma rede de 18 escritórios nacionais na América Latina e na Europa. A organização tem como línguas oficiais - o espanhol e o português.

A organização trabalha em estreita colaboração e articulação com os Ministérios da Educação, Ciência e Cultura de toda a Ibero-América, através de programas e projetos desenvolvidos nos âmbitos nacional, sub-regional e regional. A sua atividade é sustentada em parcerias inclusivas, baseadas na partilha de boas práticas e no trabalho em rede, apostando na inovação e no reforço das capacidades institucionais, incluindo com organizações internacionais, bancos de desenvolvimento e com a sociedade civil. Tem uma parceria estratégica com a UNESCO e uma parceria ativa com a CPLP.



A OEI participa no Comité Diretor do ODS 4- Educação 2030 da UNESCO e é certificada pela União Europeia.

Para fins de execução deste projeto, foi responsabilidade da OEI:

- a/ Garantir o financiamento acordado entre as partes;
- b/ Acompanhar a execução das atividades;
- c/ Disponibilizar apoio técnico para a divulgação da OEI nas atividades de formação;
- d/ Disponibilizar materiais e práticas da Organização;
- e/ Participar ativamente no seminário final;
- f/ Identificar os mecanismos de coordenação e parceira com o Banco de Práticas do Programa Regional de Formação em Democracia e Cidadania para a Garantia dos Direitos Humanos da OEI." (Adenda ao protocolo entre a FPCEUP e a OEI)

c. Centro de Formação Júlio Resende

O CFJR resulta da associação dos agrupamentos e escolas não agrupadas do concelho de Gondomar, encontrando-se acreditado como entidade formadora pelo CCPFC no que respeita à formação de educadores e professores e registado junto da Direção Geral da Administração Escolar (DGAE), no que concerne ao pessoal não docente.

O CFJR é a entidade formadora responsável pelo reconhecimento e validação das iniciativas formativas realizadas pelas escolas associadas e que se enquadrem no Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.

O CFJR tem assumido o papel de gestor da formação das entidades associadas procurando conciliar várias vertentes estratégicas:

- (i) potencialização dos formadores internos do concelho de forma intra e interentidades;
- (ii) procura de respostas externas sempre que tal se demonstre necessário para dar resposta às necessidades expressas pelas entidades associadas, preferencialmente através do estabelecimento de parcerias com entidades externas, do ensino superior ou outras;
- (iii) organização de iniciativas formativas sobre temáticas desafiantes e em formatos diversos – workshops, ciclos de conferências, jornadas, seminários.

No âmbito deste projeto, o CFJR assumiu como responsabilidades:

a/ facilitar os processos de comunicação com os Agrupamentos de Escolas e Escola não Agrupada do Concelho de Gondomar;

b/ organizar, promover e certificar as oficinas de formação de professores;

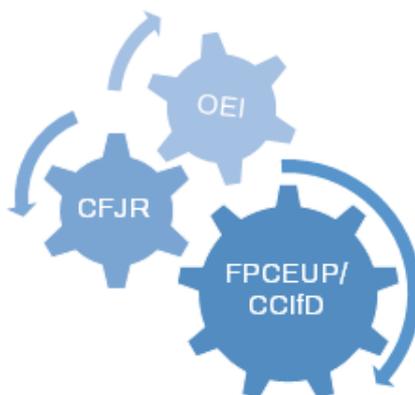
c/ participar ativamente no seminário final.

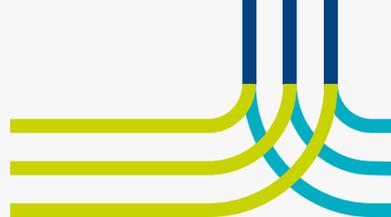
d. Interrelação entre entidades parceiras

Não obstante as tarefas específicas de cada parceiro, as interligações permanentes foram uma característica importante do projeto no que se refere à forma como foi sendo estabelecido o diálogo e desenvolvido o trabalho conjunto. **A relação estabelecida foi de bastante proximidade e sintonia**, tendo-se concretizado através de uma multiplicidade de contactos, de reuniões e da participação nas diferentes fases e atividades do projeto.

O CFJR foi a entidade responsável pela acreditação das oficinas de formação junto do CCPFC, pela divulgação destas, pela seleção dos formandos e pela gestão administrativa; o formador das oficinas, professor Júlio Santos, é membro da equipa da FPCEUP; a participação da OEI permitiu mobilizar alguns dos seus recursos educativos e discutir alguns conceitos de ED a partir da perspetiva da Ibero-América. O contacto com os professores e coordenadores, que aceitaram ser entrevistados, deu-se com mediação do CFJR, que solicitou aos AE e ENA autorização para contacto com os professores e alguns documentos para análise. O CFJR foi, ainda, responsável pela acreditação do Seminário Final do projeto como ACD. A OEI facilitou a relação com a tutela, com quem foi realizada uma primeira reunião de apresentação do projeto, estando prevista uma nova reunião para apresentação dos resultados do mesmo.

Figura 1. Interrelações entre entidades parceiras





A emergência da pandemia da Covid-19 obrigou, também, a um maior diálogo entre as diferentes entidades, dada a necessidade de introduzir alterações ao projeto inicial, importando salientar o processo conjunto de reflexão e de procura de alternativas adequadas à nova situação. A equipa da FPCEUP, responsável pela execução das ações de investigação e de formação, foi sempre o elo de ligação entre as entidades parceiras. O trabalho conjunto e articulado das três entidades parceiras verificou-se, igualmente, na organização do seminário final, que teve como equipa organizadora os representantes de cada uma das entidades envolvidas, numa interrelação muito próxima.

2.3

Contexto de investigação/formação

Os trabalhos no âmbito do projeto “Educar para a Cidadania Global – Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento” debruçaram-se sobre a implementação desta área nos agrupamentos de escolas e escola não agrupada associados ao CFJR, situado no concelho de Gondomar.

Gondomar é um concelho da área metropolitana do Porto, com uma população de 174159 habitantes (INE, Censos 2011), uma área de 131,92 km², sete freguesias, três cidades – Gondomar, Valbom e Rio Tinto – e duas vilas – Fânzeres e São Pedro da Cova. O concelho tem uma elevada densidade populacional, sendo que 12,34% da população residente está matriculada nalgum ciclo de ensino não superior, correspondendo, no ano de 2019, a 20459 estudantes, dos quais 3256 na educação pré-escolar, 5326 no 1º CEB, 2853 no 2º CEB, 4671 no 3º CEB e 4535 no Secundário (www.pordata.pt).

A rede escolar integra nove agrupamentos de escolas e uma escola não agrupada – a Escola Secundária de S. Pedro da Cova (7º ao 12º ano), de acordo com o apresentado no quadro 1.

Quadro 1. Constituição dos Agrupamentos de Escolas do Concelho de Gondomar

Agrupamento de Escolas à Beira Douro <ul style="list-style-type: none">Escola Básica e Secundária à Beira Douro – Medas;Jl de Branzelo;Jl de Chães;Jl de Cimo de Vila;Jl de Vila Cova;Jl de Zebreiros;EB 1 de Branzelo;EB 1 de Carvalhos;EB 1 de Chães;EB 1 de Cimo de Vila;EB 1 de Zebreiros;	Agrupamento de Escolas Infanta Dona Mafalda <ul style="list-style-type: none">EB 2/3 de Rio Tinto Nº 2;EB 1 da Boavista;EB 1 da Boavista/Lourinha;EB 1 da Venda Nova;Jl de Venda Nova;	Agrupamento de Escolas Nº1 de Gondomar <ul style="list-style-type: none">Escola Secundária de Gondomar;Tem centro qualifica;EB 2/3 de Jovim e Foz do Sousa;EB 1 de Atães;EB 1 de Gens;EB 1 de Jancido;EB 1 de Outeiro;Jl de Atães;Jl de Gens;Jl de Jancido;Jl do Outeiro;Jl da Ribeira;Jl de Trás da Serra
Agrupamento de Escolas Júlio Dinis <ul style="list-style-type: none">EB 2,3 Júlio Dinis, Gondomar – SEDE;EB 1 Aguiar;EB 1, nº 1;EB 1 de Ramalde;EB 1 do Souto;EB 1 do Taralhão;EB 1 do Vinhal;Jl da Fontela;Jl dos Carregais;Jl do Vinhal;	Agrupamento de Escolas de Rio Tinto <ul style="list-style-type: none">Escola Básica 2/3 de Rio Tinto;EB 1 S. Caetano 1;EB 1 S. Caetano 2;EB 1 Alto Soutelo;EB 1 Cabanas;Jl Areias;Jl Portelinha/Alto de Soutelo;Jl Portelinha 1;Jl Portelinha 2;Jl S. Caetano;	Agrupamento de Escolas de Rio Tinto, Nº3 <ul style="list-style-type: none">Escola Secundária de Rio Tinto;EB 2/3 Frei Manuel de Santa Inês;EB 1 Baguim do Monte;EB 1 Seixo;EB 1 Vale de Ferreiros;Jl do Seixo;Jl de Baguim do Monte;Jl do Baixinho;Jl do Castro;Jl Entre-Cancelas
Agrupamento de Escolas de S. Pedro da Cova <ul style="list-style-type: none">EB 2/3 de S. Pedro da Cova;Centro Escolar Carvalhal/Mó (Jl e EB1)Jl o Mineiro;Jl de Tardariz;EB 1 de Belo Horizonte;Jl de Vila Verde;EB 1 de Vila Verde;EB 1 de Cimo da Serra;EB 1 do Passal;EB 1 de Silveirinhos	Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara <ul style="list-style-type: none">Escola Básica de Fânzeres – EB 2/3 de Fânzeres;Jl de Bela Vista;Jl de St. Bárbara;EB 1 de Alvarinha;EB 1 de Bela Vista;Jl de Santa Eulália;EB 1 / Jl de Montezelo;	Agrupamento de Escolas de Valbom <ul style="list-style-type: none">Escola Secundária de Valbom – SEDE;EB 2/3 Marques Leitão;EB 1 de Valbom;EB 1 Arrozeia;EB 1 Lagoa;EB 1 Pinheiro D'Além;Jl da Arrozeia;Jl da Quinta do Sol;Jl Pinheiro D'Além;

2.4

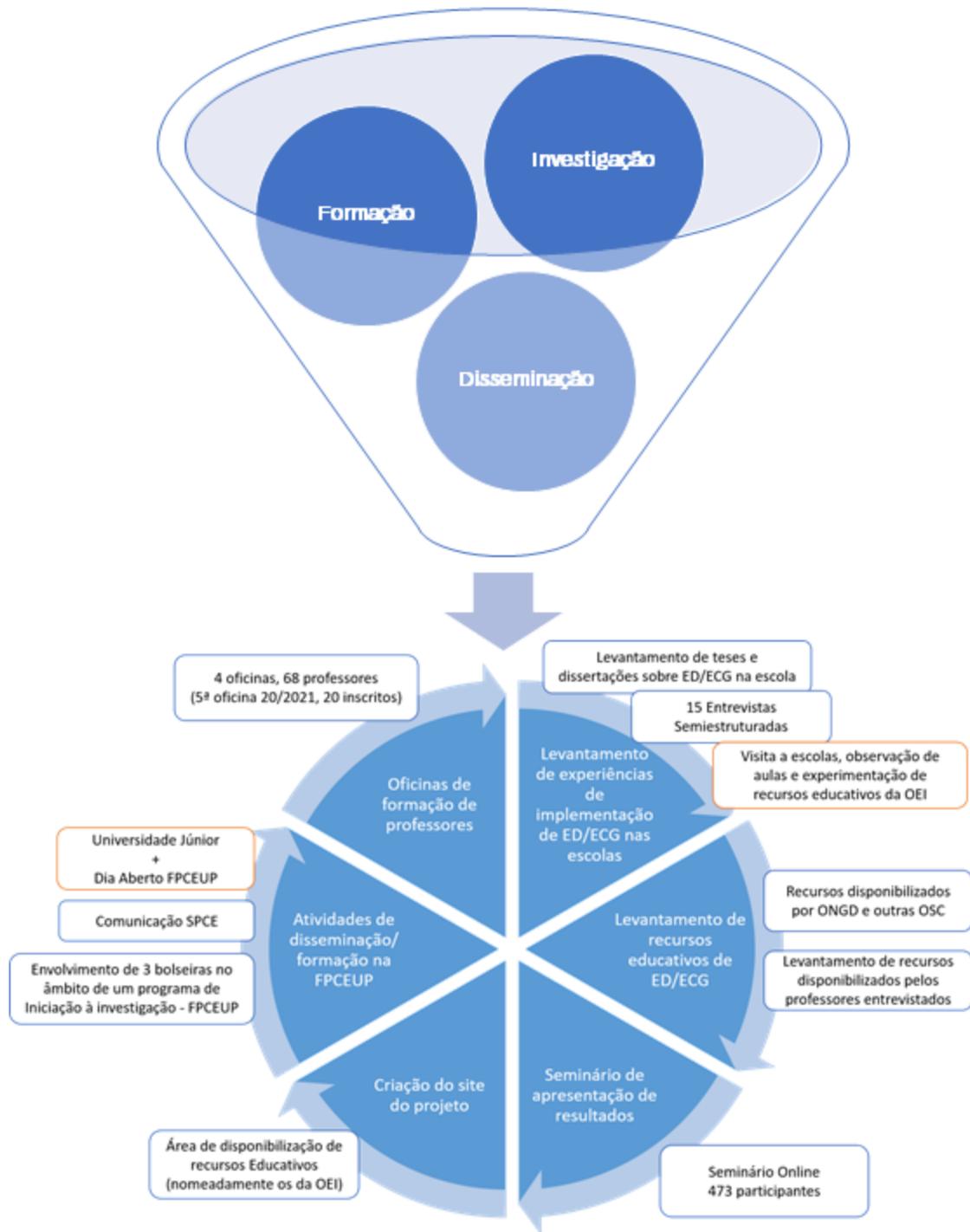
Desenvolvimento do projeto/Princípios metodológicos

A execução do projeto iniciou-se em outubro de 2019, com a 2ª oficina de formação de professores e coordenadores da área de CD, que terminou em dezembro do mesmo ano. A contratação de uma bolseira, condição essencial para a concretização dos objetivos do projeto, designadamente no que se refere ao contacto com os professores e com as escolas, possível dado o apoio financeiro ao projeto por parte da OEI, teve lugar em fevereiro de 2020. Um mês depois, o despoletar da pandemia Covid-19, com o conseqüente encerramento das escolas, forçou uma reorganização do projeto, dado ter ficado impossibilitado o acesso direto às escolas e às práticas docentes.

As alterações mais substanciais verificaram-se: 1) nos prazos de execução do projeto, que foram estendidos, com a conseqüente extensão do contrato da bolseira; 2) na suspensão das atividades em contexto escolar (que implicou a não observação de aulas e que as entrevistas e oficinas decorressem no formato online); 3) na data e formato do seminário final, previsto para maio, e que veio a decorrer, em formato online, nos dias 26 e 27 de novembro; 4) na decisão de criação de um sítio web do projeto, que se constituísse como um espaço de partilha de informações, resultados do projeto e recursos educativos.

Na figura 2 apresenta-se um esquema do conjunto de atividades de investigação, formação e disseminação desenvolvidas no âmbito do projeto, salientando-se que as mesmas não obedeceram a uma lógica sequencial, tendo todas elas alimentado o projeto, num quadro, inevitavelmente, marcado pela pandemia.

Figura 2. Atividades desenvolvidas no âmbito do projeto (NOTA: rodeado a cor-de-laranja, estão as atividades que foram anuladas completamente devido à pandemia de Covid-19)



Como já foi referido, a 1ª oficina de formação de professores constituiu um importante suporte para o desenho do projeto, tendo as três edições seguintes (já desenvolvidas no âmbito do projeto) sofrido ajustamentos que, não se constituindo em alterações de fundo, permitiram introduzir novas dimensões e componentes mais práticas no que se refere à lecionação de diferentes conteúdos da área. Tais ajustamentos resultaram da mobilização do levantamento efetuado de recursos educativos de Organizações não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC). Do mesmo modo, a preparação e a realização das entrevistas a professores e coordenadores beneficiaram do conhecimento que foi sendo adquirido com as oficinas de formação de professores, designadamente das experiências e vivências sobre a área curricular por estes partilhadas. Ao mesmo tempo, alguns professores participantes nas oficinas disponibilizaram-se para colaborar no projeto sendo entrevistados e alguns professores entrevistados, ao conhecerem o projeto e as oficinas, inscreveram-se nas edições seguintes.

A partir do exposto, percebe-se que os processos de recolha e produção de dados (levantamento de recursos educativos e de teses/dissertações e entrevistas) e sua análise foram influenciando as oficinas, tornando-as, de alguma forma, em espaços de disseminação e discussão do conhecimento que se ia construindo.

No âmbito do projeto foram realizadas **15 entrevistas a professores/coordenadores** de Cidadania e Desenvolvimento. Apesar de algumas dificuldades iniciais para contar com a disponibilidade dos professores e coordenadores, devido às novas e inesperadas circunstâncias em que tinham que desenvolver o seu trabalho, foi possível realizar as entrevistas nos meses de junho e julho. Estas decorreram através da plataforma zoom, tendo sido possível ultrapassar o que se previa ser um grande desafio, especialmente no que dizia respeito à relação com os entrevistados, aspeto importante no processo. De facto, apercebemo-nos que, facilmente, entrevistados e equipa de entrevistadores se adaptaram ao processo, tendo as entrevistas decorrido com bastante naturalidade. Aliás, para vários professores, foi importante poder falar das suas práticas em Cidadania e Desenvolvimento, especialmente das práticas em tempos de Covid-19. A maioria dos professores/coordenadores propôs-se continuar a colaborar com o projeto, nomeadamente através do envio de documentos e disponibilizando-se para receber a visita, na escola, da equipa do projeto, quando as condições o permitirem.

Para a realização das entrevistas foi solicitado aos professores a assinatura de um termo de consentimento informado, no qual foram expressas as garantias de anonimato e confidencialidade, pelo que os discursos dos participantes não serão identificados.

2.5

Disseminação

A disseminação dos resultados do projeto e dos processos de investigação/formação que se foram desenvolvendo constituiu uma dimensão importante, ainda mais significativa quando esses processos se foram interligando. No entanto, e de um modo mais formal, para além do presente trabalho de investigação, importa destacar três atividades, designadamente:

- a/ Criação de Página Web e de logo do projeto;
- b/ Realização do Seminário final;
- c/ Participação em evento científico, com comunicação.

Tendo em consideração o interesse dos professores por uma listagem de recursos educativos para trabalhar as questões de ED/ECG, o trabalho neste âmbito foi tomando mais relevância para a equipa do projeto, tendo-se revelado a criação de uma página web como o suporte mais adequado, cumulativamente ao seu papel na apresentação e divulgação do projeto e dos seus resultados. A criação da página web permitiu, ainda, contornar impactos decorrentes dos efeitos da pandemia e da incerteza quanto à possibilidade de concretizar algumas atividades inicialmente previstas e que apontavam para um contacto mais próximo com as escolas e os professores.

Em permanente atualização, a página Web do projeto está disponível em <https://edecg.fpce.up.pt/>

O Seminário Final teve como objetivos: constituir-se como um **momento formativo** para os participantes, nomeadamente para os professores; **apresentar e discutir experiências de implementação da área de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas de Gondomar**; apresentar os resultados do projeto. O Seminário decorreu nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, entre as 17:30 e as 19:30, em formato online, através da plataforma zoom e com transmissão direta através do canal YouTube da FPCEUP. A opção por este formato visou privilegiar a participação do maior número de professores e de outros educadores, a quem o seminário se dirigia preferencialmente. **O número de participantes no seminário foi de 473, tendo sido acreditados 225 professores** (ação de formação contínua de curta duração).

Relativamente à organização das temáticas e conteúdos, definiu-se que o primeiro dia seria dedicado às **vozes dos professores/ coordenadores** de Cidadania e Desenvolvimento, e seus alunos, e o segundo dia aos contributos do projeto para pensar a área de CD. No primeiro dia foi possível contar com a participação da Sr.^a Subdiretora Geral da Educação, Dr.^a Eulália Alexandre e, no segundo dia, com a participação do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Professor Doutor João Costa, que encerrou o Seminário. O programa do Seminário encontra-se em anexo (Apêndice 1).

No que diz respeito à comunicação apresentada no XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, que tinha como tema “Liberdade, Equidade e Emancipação”, o resumo submetido foi publicado em livro de resumos, com a referência seguinte:

Cardoso, Carla, Santos, Júlio, Medina, Teresa, Ferreira, Elisabete, Caramelo, João, & Costa, Alexandra Sá. (2020). Educar para a Cidadania Global – Contributos para a área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento. In Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (Ed.), XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação - Liberdade, Equidade e Emancipação (Livro de Resumos) (pp. 213-215). FPCEUP, Porto. Retirado de <https://congresso-spce.eventualia.net/pt/2020/inicio/livro-de-resumos/>

O PowerPoint da apresentação realizada encontra-se disponível na página Web do projeto, no seguinte endereço:

<https://edecg.fpce.up.pt/wp-content/uploads/sites/558/2020/11/Comunicac%C3%A7%C3%A3o-SPCE-ED-ECG-Final.pdf>

Tendo em vista o trabalho direto com jovens dos ensinos básico e secundário, em torno das problemáticas do projeto, esteve ainda prevista a participação na Universidade Júnior¹ e no Dia Aberto da FPCEUP², através do desenvolvimento de atividades participativas e utilizando o recurso educativo da OEI – “Luzes para a Cidadania”. Dada a suspensão de atividades presenciais na Universidade do Porto, em resultado da situação de pandemia, estas iniciativas foram canceladas pela UP e pela FPCEUP, respetivamente.

¹ A Universidade Júnior da UP pode ser desenvolvida em diferentes formatos. O formato que tinha sido selecionado era o “Verão em Projeto”, o qual pressupõe atividades durante uma semana para jovens do 9º ao 11º ano, num total de 30 horas. Para a participação neste programa é submetida uma proposta sujeita a aprovação. A proposta por nós submetida foi aprovada, mas posteriormente cancelada devido à pandemia de Covid-19.

² O Dia Aberto da FPCEUP é uma atividade em que a FPCEUP convida os estudantes do Ensino Secundário a visitá-la e a conhecer a sua oferta formativa e as atividades pedagógicas e científicas desenvolvidas, proporcionando-lhes um contacto direto com o dia a dia da Faculdade.

03

Apresentação e Análise dos Resultados



3.1

Levantamento de recursos

3.1.1. Trabalhos académicos no campo da ED/ECG em contexto escolar

Tendo em conta os objetivos do projeto, considerou-se pertinente o **levantamento de trabalhos académicos no campo da ED/ECG que incidissem sobre o contexto escolar**. O levantamento foi realizado recorrendo ao Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), plataforma online que “...tem como objetivo a recolha, agregação e indexação dos conteúdos científicos em acesso aberto (ou acesso livre) existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior, e outras organizações de I&D”³. As pesquisas no RCAAP foram realizadas, no início do ano de 2020 (incluindo trabalhos até 2019), a partir das expressões “Educação para a Cidadania Global” e “Educação para o Desenvolvimento”, tendo sido possível identificar 50 Teses de Doutoramento e 127 dissertações ou relatórios de mestrado, apresentadas em instituições do ensino superior portuguesas.

A realização deste levantamento deu origem à criação de uma base de dados, integrando os seguintes elementos (sempre que disponíveis): Título; Ano; Autor/a; Orientador(es/as); Palavras-chave; Tipo de trabalho académico (doutoramento, dissertação de mestrado, relatório de mestrado); Instituição do Ensino Superior; Departamento; Especialidade; Resumo.

A análise dos respetivos resumos possibilitou compreender que vários trabalhos de mestrado e doutoramento se debruçavam sobre temáticas como: **cooperação para o desenvolvimento, educação de adultos e educação para o desenvolvimento, questões ambientais e desenvolvimento sustentável, trabalho de ONGD, projetos de educação ambiental**, etc., em contextos diversos.

A partir do conjunto dos trabalhos analisados, foi possível identificar **83 trabalhos académicos** que se debruçavam, especificamente, sobre a temática da ED/ECG em contexto escolar, particularmente pertinentes no âmbito do projeto, cuja tipologia se encontra no quadro abaixo.

Quadro 2. Teses/dissertações/relatórios que abordam a ED/ECG em contexto escolar

Tipo de tese/dissertação	Frequência
Doutoramento	13
Mestrado	33
Mestrado - Relatório de Estágio	4
Mestrado - Relatório Final de Prática de Ensino Supervisionada	33
Total	83

³ Retirado de <https://www.rcaap.pt/about.jsp> em 12 de janeiro de 2021.



A partir da análise do quadro 2 é possível verificar que **a maioria dos trabalhos são de mestrado**, o que se coaduna com o facto de haver, atualmente, um elevado número de mestrados, especialmente desde a implementação do processo de Bolonha. **É relevante a existência de muitos trabalhos de relatório final de prática de ensino supervisionada**, o que remete para o interesse crescente dos futuros professores por estas temáticas e justificaria um estudo mais aprofundado destes documentos.

Além das habilidades técnicas associadas ao campo de especialização das carreiras, o conjunto de habilidades demandadas pelas empresas é transversal, pois em um ambiente de incertezas as pessoas devem estar preparadas para se adaptarem e utilizarem as tecnologias digitais.

Quadro 3. Trabalhos por ano de finalização

Ano de finalização	Frequência	Ano de finalização	Frequência
2001	1	2012	5
2004	1	2013	13
2006	1	2014	2
2007	5	2015	10
2008	4	2016	3
2009	7	2017	7
2010	1	2018	13
2011	1	2019	9

Uma análise mais detalhada dos resumos permite perceber que a maioria dos estudos incide sobre experiências de trabalho com alunos em contexto de sala aula, havendo também produção científica sobre formação de professores, manuais escolares e currículo.

Os estudos incidem sobre vários ciclos de ensino, sendo que, quando sobre o 2º CEB ou seguintes, são maioritariamente realizados a partir de **disciplinas**, designadamente Ciências da Natureza, Físico-Química, Português, História e Geografia.

Os trabalhos realizados durante a primeira década dos anos 2000, incidem tendencialmente sobre **educação ambiental**, como forma de educação para o desenvolvimento sustentável.

Relativamente aos trabalhos que incidem, especificamente, sobre Educação para a Cidadania Global, **foram identificados 20 trabalhos**, dos quais 19 são posteriores a 2010, o que pode indiciar uma certa evolução dos conceitos de ED/ECG. Esta análise permitiu identificar algumas temáticas a partir das quais se trabalhou a ECG, nomeadamente, Direitos Humanos, educação ambiental, interculturalidade, comércio justo, diversidade linguística e interculturalidade.

3.1.2. Recursos educativos de ED/ECG produzidos por ONGDs e outras OSC

O levantamento de recursos educativos de ED/ECG realizado, no âmbito do projeto, permitiu criar uma base de dados que pode constituir um contributo para a implementação da área curricular de CD nas escolas, particularmente no contexto de sala de aula.

Para o levantamento destes recursos realizou-se uma pesquisa na página Web da DGE, no separador relativo a Cidadania e Desenvolvimento (<https://cidadania.dge.mec.pt/>), especificamente no domínio “Desenvolvimento sustentável”. Seguidamente, e dado que a maioria dos materiais apresentados na página da DGE eram de ONGD, identificou-se, a partir da página Web da Plataforma Portuguesa das ONGD, quais as que desenvolvem trabalho no âmbito da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (um critério utilizado pela plataforma na caracterização das ONGD a ela associadas). Numa terceira fase, visitamos as páginas Web de todas as ONGD que tinham como área de atuação a ED/ECG e verificamos se aí disponibilizavam recursos educativos.

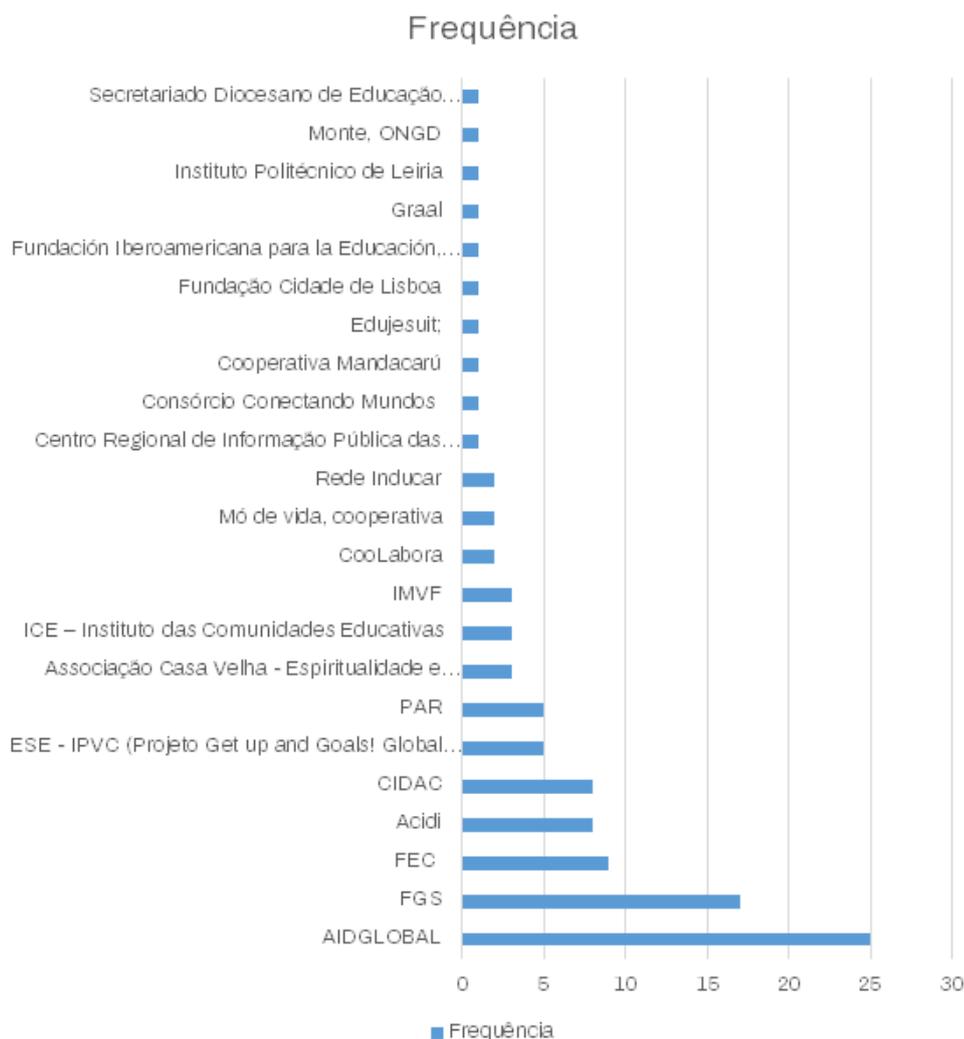
Para a elaboração final da base de dados foi necessário criar um conjunto de critérios, considerando-se o objetivo de que os recursos pudessem contribuir para a implementação da área de CD nas Escolas. Assim, identificaram-se os recursos educativos exclusivamente em língua portuguesa, disponíveis de forma aberta/gratuita e que apresentavam propostas concretas de atividades a desenvolver.

Este último aspeto implica que, vídeos ou histórias sem uma subsequente proposta de atividade de exploração pedagógica, não tenham sido incluídos. Pretende-se que os recursos identificados contribuam para a construção de atitudes, valores e competências inerentes à compreensão e análise dos processos complexos da globalização, enfatizando o papel das escolas, professores, educadores e de cada um/a na construção de um mundo mais justo, equitativo, interdependente, sustentável e solidário. Naturalmente, esta pretensão dependerá muito dos seus modos de inscrição no desenvolvimento do currículo e da interação estabelecida a seu respeito entre professores e alunos.

Salientamos também que muitos destes recursos (ou quase todos) podem ser utilizados em contexto de educação não-formal e fora da escola (alguns foram mesmo criados nessa lógica).

Foram identificados **71 recursos**, estando envolvidas na sua produção 23 organizações diferentes. A grande maioria das organizações são ONGD, no entanto, estas trabalham algumas vezes em parceria com outras organizações da sociedade civil (OSC). De facto, a maioria dos recursos são produzidos no âmbito de parcerias entre organizações.

*Gráfico 1. Recursos educativos por OSC
(NOTA: alguns recursos foram criados em parceria, constando, neste gráfico, as 2 ou 3 organizações envolvidas)*



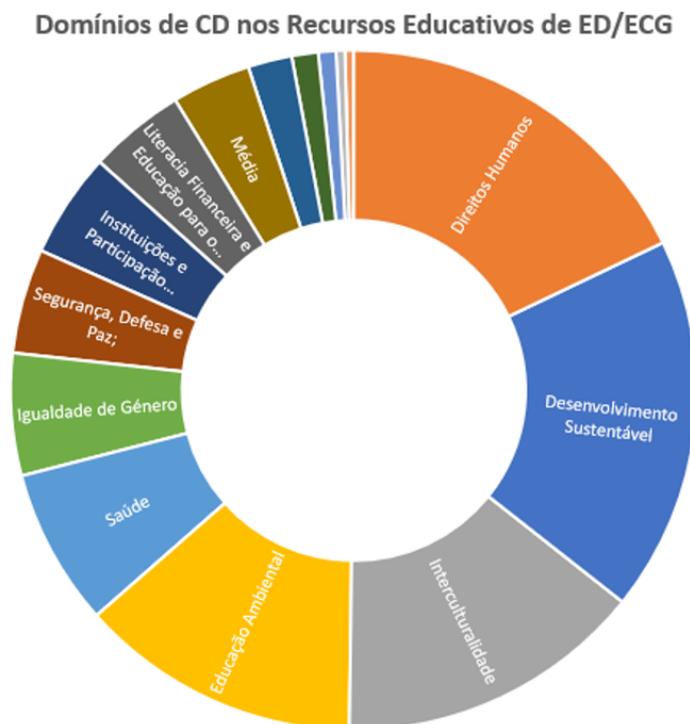
Tendo em consideração os dados do Gráfico 1, é possível compreender que **são as Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, nomeadamente as ONGD, **quem mais produz e disponibiliza materiais e recursos educativos na área de ED/ECG.**

Embora considerando que todos os domínios da nova área curricular de Cidadania e Desenvolvimento⁴ podem permitir trabalhar as questões da ED/ECG, ao fazer o levantamento de recursos, procuramos identificar quais os domínios mais presentes.

Da análise efetuada, foi possível constatar que a maior parte dos recursos de ED/ECG estão associados a domínios como – **Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável, Interculturalidade, Educação Ambiental, Saúde e Igualdade de Género** (ver figura 3).

Sobre esta questão é ainda importante salientar que muitos dos recursos, especialmente os mais recentes, trabalham a ED/ECG **a partir dos ODS.**

Figura 3. Domínios de CD nos Recursos Educativos de ED/ECG identificados



⁴ A área curricular de Cidadania e Desenvolvimento integra diferentes domínios, organizados em três grupos, com implicações diferentes: o primeiro grupo integra domínios obrigatórios para todos os níveis e ciclos de ensino (Direitos Humanos, Igualdade de Género, Interculturalidade, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental e Saúde), o segundo, domínios que devem ser trabalhados pelo menos em dois ciclos do ensino básico (Sexualidade, Média, Instituições e Participação Democrática, Literacia Financeira e Educação para o Consumo, Segurança Rodoviária e Risco) e o terceiro, com domínios a trabalhar de modo opcional em qualquer ano de escolaridade (Bem-estar animal, Empreendedorismo, Mundo do Trabalho, Segurança, Defesa e Paz e Voluntariado e outros que se considerem pertinentes) (ENEC).

Relativamente aos destinatários de cada recurso, a variabilidade é muito grande. Existem recursos preparados para serem trabalhados no pré-escolar ou em todos os ciclos do ensino básico e ensino secundário, e outros que referem, apenas, que se dirigem a crianças e/ou a jovens. Existem recursos direcionados para serem trabalhados em disciplinas específicas e outros para serem trabalhados de forma transversal e/ou interdisciplinar. No que diz respeito ao formato, identificaram-se alguns mais frequentes, não deixando de se verificar alguma variabilidade. De acordo com o gráfico 2, os formatos mais frequentes são:

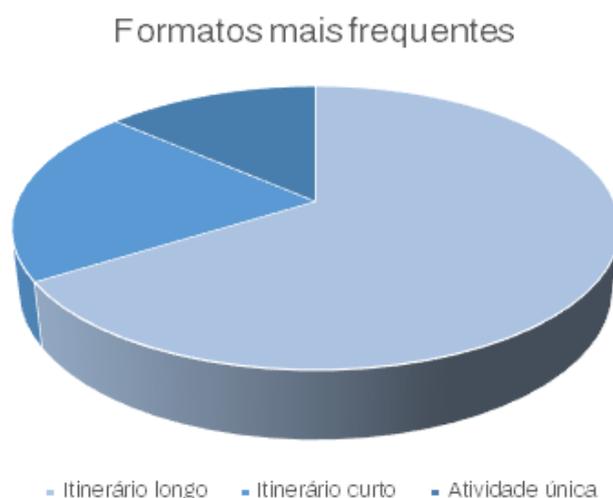
a/ itinerário – pressupõe sempre diferentes tipos de atividades, podendo ser longo (mais de 3 sessões) ou curto (2 ou 3 sessões);

b/ atividades únicas – para desenvolver numa aula ou sessão.

Ao longo das oficinas e das entrevistas, os professores foram expressando dificuldades em encontrar recursos diferentes, adequados e apelativos para os seus alunos e para o trabalho na área de Cidadania e Desenvolvimento. Nas sessões das oficinas em que foram realizadas reflexões sobre diferentes recursos educativos, passíveis de serem utilizados, os professores ficavam surpreendidos pela existência de tantos recursos e pela qualidade dos mesmos.

Os recursos identificados ficarão disponíveis para consulta pelos professores e outros educadores na página web do projeto, em <https://edecg.fpce.up.pt/>, organizados a partir de critérios que podem auxiliar na seleção dos mais relevantes para cada circunstância.

Gráfico 2. Formatos mais frequentes dos recursos educativos



Os critérios utilizados para esta organização são os seguintes:

- a/ Autoria/Edição (por vezes, os responsáveis pela tradução/implementação em Portugal);
- b/ Destinatários indicados pelos autores/editores (podendo haver atividades diferenciadas por faixas etárias ou atividades que se aplicam a várias faixas etárias ou ciclos de ensino);
- c/ Data de edição (sempre que disponível);
- d/ Domínios abordados;
- e/ Formato.

3.2

Experiências das oficinas de formação de professores

“ Esta foi uma viagem pelo interior de cada um de nós, que possibilitou momentos de introspeção e de autoconhecimento. A descoberta do que somos capazes de fazer conduz-nos à vontade de viajar mais, abrir horizontes, ir além-fronteiras, de AGIR.... Esta oficina conduziu-me a uma viagem pelo meu interior, e compreendi que só através da AÇÃO poderei sentir-me realizada, completa.

“J’enseigne, donc je suis!” ”

(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

3.2.1. Justificação e contextualização: porquê esta formação?

A formação dos docentes de Cidadania e Desenvolvimento e, também, de outros docentes interessados nesta área curricular teve, no âmbito deste projeto, um lugar central. As oficinas intituladas “Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global – Contributos para a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento” pretendem oferecer um tempo e espaço de aprendizagem, experimentação e reflexão crítica sobre os fundamentos da área curricular de CD e também sobre os desafios da sua implementação, com qualidade, nas escolas. No âmbito desta oficina, as questões do Desenvolvimento Sustentável/Sustentabilidade, numa perspetiva da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global, ganham um foco e uma relevância fundamentais no quadro da compreensão e implementação desta nova área curricular.

Neste sentido, as oficinas surgiram enquanto contributo para a implementação efetiva da área curricular de CD, tendo como foco um trabalho de sensibilização, disseminação e aprofundamento da área de ED/ECG. As razões que justificaram as oficinas foram as seguintes:

- a/ serem um contributo para a implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) e para a reflexão e implementação da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE);
- b/ existir uma identificação, por normativos, da Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global como uma das áreas temáticas da Educação para a Cidadania;

c/ contribuir de forma direta para o conhecimento e implementação da ENED 2018-2022, a qual concorre para o reconhecimento e implementação da Meta 4.7 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS);

d/ dar especial ênfase à reflexão e à implementação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, elaborado pela DGE, o qual visa enquadrar a intervenção pedagógica na área da ED e promover a sua implementação no ensino formal, contribuindo, assim, para consolidar a integração da ED nos currículos escolares.

Estas oficinas resultaram, numa fase inicial, da articulação entre a FPCEUP e o CFJR, tendo sido, posteriormente, integradas no projeto “Educar para a Cidadania Global – Contributos para a área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento”, desenvolvido em parceria por estas duas entidades e pela OEI. Tendo como foco a promoção da ED e ECG, enquanto contributo para a componente curricular de CD, a integração das oficinas num projeto com ligação a outros contextos geográficos e de conhecimento, permite afirmar e reforçar a ‘dimensão global’ presente na área de Cidadania e Desenvolvimento.

3.2.2. Objetivos e conteúdos - O quê? Para quê?

“ Como foi referido durante a formação, é necessário alcançar um novo modelo de desenvolvimento. Para isso, nenhuma solução passará sem a participação e ação dos nossos jovens. Podemos caminhar para um destino sem que este exista, mas nunca poderemos chegar a qualquer destino sem caminhar. Para criarmos um destino com equidade, justiça social, cooperação, solidariedade, corresponsabilidade, participação e coerência, precisamos de mudança ”

(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

O despacho de acreditação da oficina data de 08-04-2019 e a sua validade termina a 08-04-2022. À data da sua apresentação ao CCPFC, os objetivos da oficina, incluíam:

a/ refletir sobre o conceito de ED à luz da literatura especializada e à luz dos documentos orientadores e referenciais, a nível nacional e internacional;

b/ reconhecer a importância do Referencial de Educação para o Desenvolvimento e o seu contributo para a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento;

c/ analisar materiais de ED e a sua relevância para a implementação da área da Cidadania e Desenvolvimento, em parceria com organizações da sociedade civil;

d/ promover a produção de materiais pedagógicos em ED a partir das necessidades e potencialidades existentes nas escolas e na comunidade educativa;

e/ proporcionar o estabelecimento de parcerias entre escolas do Norte Global e Sul Global com o objetivo de promover a aprendizagem sobre ED.

Nas 15 horas de formação teórico-prática foram apresentados, discutidos, interiorizados e aplicados conceitos estruturantes da área de ED/ECG, sendo as temáticas abordadas, de acordo com a proposta apresentada ao CCPFC, distribuídas da seguinte forma:

a/ conceitos de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global (ED/ECG); Fundamentos, dimensões e princípios da ED/ECG (3 horas);

b/ história e origens da ED; percurso histórico da ED: perspectivas em ED – as cinco gerações de ED (2 horas);

c/ a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global: contributos para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento; temáticas da ED/ECG e sua relevância para a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento (3 horas);

d/ materiais em ED/ECG (identificação, análise, adaptação e construção de materiais pedagógicos) (4 horas);

e/ parcerias entre escolas do Norte Global e Sul Global: características, princípios, experiências existentes e formas de atuação específica (3 horas).

3.2.3. Operacionalização das oficinas: como aconteceu a oficina de CD?

Em primeiro lugar, importa salientar que a implementação das oficinas não teria sido possível sem o compromisso e investimento do CFJR na promoção da qualidade da área curricular de CD. Foi através da parceria entre a FPCEUP e o CFJR que foi iniciado todo o processo que permitiu a concretização e desenvolvimento desta formação e que tem sido possível assegurar, de forma sustentada, a continuidade na aposta estratégica da formação de professores e coordenadores de CD. A constituição da parceria, também com a OEI e a participação de membros desta organização numa das sessões, permitiu enfatizar a relevância de trabalhar a dimensão global, que se assume como fundamental, no âmbito desta formação.

Em segundo lugar, importa referir que a oficina de formação assume, como uma das suas preocupações, uma ‘atenção’ às circunstâncias específicas, motivações e interesses dos vários grupos de formandos que a frequentam. As duas primeiras oficinas funcionaram de forma presencial e a 3ª e 4ª oficinas, devido à pandemia Covid-19, foram asseguradas em formato online, utilizando a plataforma Zoom. As oficinas incluíram 15 horas de trabalho presencial/síncrono com os formandos e 15 horas de trabalho autónomo.

Realizaram-se **quatro oficinas, envolvendo um total de 68 professores**, entre os quais professores de CD, docentes que ainda não lecionam esta área e coordenadores de CD. Dados adicionais sobre as oficinas podem ser analisados nos quadros 4 e 5.



Quadro 4. Dados sobre as oficinas de formação de professores

Oficina	Datas	Formato	Nº Formandos
1ª Edição	Maio/junho 2019	Presencial CFJR	20
2ª Edição	Outubro/dezembro 2019	Presencial AE de Rio Tinto	19
3ª Edição	Abril/julho 2020	Online/Zoom	10
4ª Edição	Outubro/novembro 2020	Online/Zoom	19

Quadro 5. Número de formandos por AE/ENA de origem (formandos pertencentes a AE associadas a outros CFAE)*

Número de formandos por AE	
AE/ENA	Formandos
AE N.º 1 de Gondomar	14
AE Infanta Dona Mafalda	10
AE Rio Tinto	9
AE Júlio Dinis	8
AE Santa Bárbara	8
AE Rio Tinto N.º 3	7
AE À Beira Douro	5
AE São Pedro da Cova	1
Escola Secundária de São Pedro da Cova	1
AE Penafiel Sudeste*	2
AE António Alves de Amorim*	1
AE António Nobre*	1
AE Joaquim Araújo*	1
Total	68

Salienta-se que, dos 9 AE e ENA associados ao CFJR, **apenas um AE** não teve nenhum professor em formação nesta oficina.

Como nos mostra o quadro 6, nas oficinas participaram professores de 24 grupos disciplinares, o que parece demonstrar o interesse pela área curricular de CD também por parte de docentes de grupos disciplinares aos quais a leção da área não tem sido, tradicionalmente, atribuída.

Quadro 6. Número de professores participantes nas oficinas por grupo de recrutamento

Número de formandos por grupo de recrutamento	
Grupo de Recrutamento	Frequência
200 – Português e Estudos Sociais/História (2º CEB)	9
420 – Geografia (3º CEB e Secundário)	8
400 – História (3º CEB e Secundário)	7
300 – Português (3º CEB e Secundário)	5
620 – Educação Física (3º CEB e Secundário)	5
110 – Ensino Básico 1º Ciclo (1ºCEB)	4
230 – Matemática e Ciências da Natureza (2º CEB)	4
330 – Inglês (3º CEB e Secundário)	3
520 – Biologia e Geologia (3º CEB e Secundário)	3
220 – Português e Inglês (2º CEB)	2
240 – Educação Visual e Tecnológica (2º CEB)	2
500 – Matemática (3º CEB e Secundário)	2
510 – Física e Química (3º CEB e Secundário)	2
550 – Informática (3º CEB e Secundário)	2
120 – Inglês (1º CEB)	1
210 – Português e Francês (2º CEB)	1
250 – Educação Musical (2º CEB)	1
260 – Educação Física (2º CEB)	1
320 – Francês (3º CEB e Secundário)	1
350 – Espanhol (3º CEB e Secundário)	1
410 – Filosofia (3º CEB e Secundário)	1
430 – Economia e Contabilidade (3º CEB e Secundário)	1
530 – Educação Tecnológica (3º CEB e Secundário)	1
910 – Educação Especial	1
Total	68

De forma a cumprir os objetivos propostos, as cinco sessões teórico-práticas foram estruturadas de forma a articular a discussão e reflexão sobre conceitos e princípios em ED/ECG, a análise de recursos pedagógicos, a auscultação de experiências de terreno e a partilha de propostas dos trabalhos finais em CD, sempre numa lógica de interação entre e com os participantes, partindo das práticas letivas e dos seus contextos socioeducativos.

A organização das sessões parece fazer sentido para os professores, enquanto “*continuidade de todo um trabalho*”, mas, como acentua uma das formandas, de uma “*forma muito mais consciente, profunda e madura, encorajando-me e motivando-me a criar situações onde a Cidadania e Desenvolvimento possa acontecer*” (formanda, reflexão final no Relatório, Oficina 4. A oficina também parece ter contribuído para que os “*professores tenham mais conhecimentos, mais estratégias, mais ferramentas e mais possibilidades de ação para, curricular e pedagogicamente, trabalharem com os alunos a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento*”. Nas palavras de uma das formandas:

“*Considero que o alinhamento do plano desta oficina foi bastante interessante e foi totalmente ao encontro das expectativas que tinha relativamente à mesma e relativamente à minha necessidade de formação, conduzindo a uma prática reflexiva e continuada de aprendizagem.*” (formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

Para a organização e implementação das cinco sessões teórico-práticas foram delineadas as seguintes estratégias:

a/ sessões teóricas: as duas primeiras sessões têm sido consagradas à apresentação e aprofundamento dos fundamentos da área de ED/ECG: conceitos de Educação para o Desenvolvimento e Educação para a Cidadania Global; desenvolvimento sustentável; enquadramento dos ODS com foco no ODS 4, Meta 4.7⁵; Análise da ENEC, ENED e um exercício de análise mais profunda do Referencial de ED e do seu potencial contributo para esta área curricular;

b/ sessões práticas: as sessões nº 3 e 4 abordam a análise de recursos pedagógicos para trabalhar ED/ECG, incluindo a análise de materiais e a discussão em grupos de critérios de qualidade em ED/ECG;

as duas últimas oficinas integraram também a participação de representantes da OEI (na sessão nº 3) que apresentaram as aprendizagens e desafios no domínio da Educação para a Cidadania no âmbito do Programa Ibero americano para a Cidadania, Democracia e Direitos Humanos para o qual este projeto concorre;

c/ a 5ª e última sessão é totalmente consagrada à **apresentação de propostas de trabalhos finais** (de professores e coordenadores de CD; de professores de outras áreas disciplinares, mas que pretendem integrar a CD nas suas práticas letivas). Estes surgem de projetos que já estão a ser trabalhados, de problemáticas de cada escola e das aspirações/inquietações dos participantes. A 5ª sessão tem sido aproveitada para divulgar práticas e projetos inovadores em CD e que podem “inspirar” outras práticas e sustentar a mudança educativa. Alguns dos trabalhos continuam para além das oficinas e são implementados no contexto da sala de aula ou constituem projetos de CD a serem implementados na comunidade educativa, no decorrer do ano letivo. A título de exemplo, o quadro 7 apresenta algumas das propostas de trabalho que foram apresentadas e discutidas na sessão 5 da Oficina 4. É valorizada a dimensão processual da construção das propostas de trabalho, visto que estas já estão a ser trabalhadas nas escolas ou poderão vir a ser melhoradas e implementadas no decorrer do ano letivo. Como se pode verificar na escolha dos temas, algumas das propostas retomam ou integram de forma mais aprofundada as temáticas relacionadas com ED/ECG, enfatizando a dimensão global, promovendo a ligação entre várias problemáticas e interligando diferentes referenciais da DGE.

⁵A redação da Meta 4.7 relativa ao ODS 4, propõe o seguinte: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Quadro 7. Exemplos de propostas de trabalhos finais – Oficina nº 4

Projetos/temáticas	Temática/Âmbito
"United Against Bullying" (Local Global Week)	Bullying e Discriminação
"Crescer Ativo" (2º, 3º ciclos e secundário)	Âmbito do Plano Nacional de Educação Física;
"Eu Posso Mudar o Mundo"	Voluntariado e Cidadania e Desenvolvimento
"Diálogos Intergeneracionais"	Ligação local e global – outros continentes
"Educação Ética e ODS"	Uso da Cartilha Metodológica da OEI – Relação com os ODS
"Direitos Humanos" (8º ano)	
"Missão Frescura"	Foco nos ODS – em especial, ODS 1 sobre Erradicação da Pobreza e ODS 4, Educação Inclusiva e de Qualidade;
"Direitos Humanos"	Perspetiva da História e Cidadania e Desenvolvimento;
"Direitos e Deveres"	Cidadania Europeia
"Cultivando Cidadania"	"Um projeto com sentido" (temática Voluntariado e Relacionamento Social);
"Comida Sustentável"	Âmbito mais alargado "Sustentabilidade" na escola;
"3, 2, 1...Ação"	Direitos Humanos, Interculturalidade, Voluntariado (projeto Interdisciplinar com alunos de vários países)
"One for all and All for one"	Projeto sobre Fake News – Combater a Desinformação – Covid 19
"Solidão dos Idosos"	Cidadania, Coesão Social, Dignidade Humana e Solidariedade
"Loja dos Sentimentos"	Direitos Humanos, Interculturalidade, Bem Estar Animal, Educação Ambiental e Voluntariado

Materiais/exercícios práticos em ED/ECG: complementarmente, são dadas sugestões de materiais/atividades para trabalhar temas de ED/ECG no sentido da apropriação pelos professores e estudantes (por exemplo, envio de materiais via email com vários recursos disponíveis, produzidos por ONGD especializadas em ED/ECG, nacionais e internacionais).

Convidados externos: na tentativa de cultivar e incrementar a dimensão global em ED, as oficinas nº 3 e 4 tiveram a presença de convidados especialistas em Educação para a Cidadania Global que integram, em parceria, este projeto.

Neste caso, a OEI esteve representada por Paula Barros, do Escritório de Lisboa, tendo havido a participação de membros do Programa Ibero americano para a Cidadania e Democracia e Direitos Humanos da Colômbia.

Sugestões para 'Saber Mais': sempre que possível, são disponibilizados recursos atuais – como 'fazer' cidadania, de acordo com o perfil e interesse dos formandos.

Em relação ao trabalho autónomo estão previstas 15 horas de trabalho (pelo menos), que pode envolver trabalho letivo nas turmas em CD e/ou reflexão individual mediante algumas tarefas que são solicitadas no sentido

de preparar a participação dos formandos nas sessões e as propostas finais de trabalho. O lema que rege esta componente da oficina é: Ler, Pensar, Planear e Agir em Cidadania e Desenvolvimento.

3.2.4. Reflexões à luz das perceções de professores e coordenadores

Apresentam-se, de seguida, algumas reflexões gerais sobre as oficinas de formação, enquanto modelo atual e potencial para a apropriação e implementação da área curricular de CD. Estas reflexões são feitas à luz das perceções de professores e coordenadores, expressas quer nos relatórios finais de reflexão sobre as oficinas, elaborados pelos formandos, quer nas entrevistas realizadas no âmbito do projeto.

Recorrendo à ‘voz’ dos professores e coordenadores, registamos quatro dimensões que consideramos relevantes:

a/ Valorização dos conhecimentos e práticas dos professores/as – partir das práticas, trabalhar uma dimensão reflexiva e crítica sobre Cidadania e Desenvolvimento;

As oficinas têm contribuído para resgatar e valorizar o conhecimento e práticas que os professores/as já implementam, permitindo também promover uma reflexão crítica sobre a área de CD. Alguns dos entrevistados sublinham a “exigência de nos colocar a refletir e a trabalhar, até em conjunto, apesar de estarmos à distância”, assim como reconhecem o “dar continuidade a todo um trabalho que sempre fui realizando enquanto professora de Português e diretora de turma, certamente, mas, a partir de agora, de uma forma muito mais consciente, profunda e madura, encorajando-me e motivando-me a criar situações onde a Cidadania e Desenvolvimento possa acontecer”.

Constata-se, ainda, a consciência de faltar mais trabalho colaborativo entre professores, percecionado como “a nossa principal fragilidade”, e que é importante para a apropriação e implementação desta área. Uma das formandas sublinha esta dimensão:

“ À luz da formação fiquei ainda mais motivada em apoiar as aprendizagens dos meus alunos com uma abordagem mais reflexiva por forma a que os mesmos tomem decisões acertadas perante as realidades nacional e global, numa perspetiva mais sensível e interventiva, com base no respeito pela humanidade e sua dignidade e com a visão de um mundo mais sustentável. ”

(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

b/ Reflexão sobre os fundamentos desta área curricular e sua importância estratégica nas escolas;

Um dos objetivos da Oficina é proporcionar uma reflexão mais profunda sobre os fundamentos desta área curricular, em particular no que concerne à questão da relação entre Cidadania e Desenvolvimento. Tendo em vista a apropriação desta área e dos seus objetivos, o debate sobre o contributo do Referencial de ED no âmbito da ENED 2018-2022 e da ENEC, enquanto contributo para a implementação da área curricular, revelou-se crucial. As perceções de alguns dos entrevistados enfatizam esta dimensão:

“ ...Não se limita àquele aspeto teórico da evolução, etc., mas em termos de metodologia e em termos de exigência, entre aspas, atenção! Exigência de nos colocar a refletir..., apesar de estarmos à distância, eu acho fantástico. ”

(entrevista, prof de CD)

“ Eu conhecia o Referencial...

Tinha lido muito na diagonal, eu agora já o li quase todo, até já acabei por imprimir, e descobri coisas, nem é descobrir, é refletir sobre isso e é isso que nos falta... É exatamente isto que nós estamos a fazer nesta formação... nós discutimos, nós precisamos de nos obrigar a isso [a dedicar um tempo para determinada tarefa]
”
(entrevista, prof de CD)

“ Cidadania e Desenvolvimento parece avassalador devido à sua escala e profundidade dos assuntos que engloba, mas é, com certeza, o processo educacional para aumentar a consciência e o conhecimento do mundo desigual e em rápida mudança. É o meio para ajudar os alunos a explorar as raízes dos problemas de injustiça que vivemos hoje e que estão interligados com as nossas vidas quotidianas.

”
(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

c/ A relevância das parcerias (FPCE, CFJR e OEI): a construção de diálogo, cumplicidade e partilha de objetivos comuns.

Esta dimensão das parcerias, com particular foco na parceria entre FPCEUP, CFJR e OEI, que sustenta este projeto, também merece destaque na forma como esta oficina se organiza. Neste sentido, é enriquecedor um modelo tripartido de colaboração que envolve a academia, um centro de formação e uma organização multilateral, havendo várias aprendizagens a fazer no que concerne à implementação desta área curricular no nosso país, mas que está aberta a outras influências, conceitos e metodologias de outros contextos geográficos.

Esta parceria é complementada pela colaboração de personalidades que partilham os seus conhecimentos e perspetivas, à luz do seu trabalho e da sua carreira. Como ressaltam alguns dos professores/as entrevistados ou participantes na oficina:

“ Trazer pessoas à ação de formação que estejam, nomeadamente no terreno...dando ideias, o que se está a fazer, como é que podemos participar, como podemos por os nossos alunos a ser cidadãos do mundo ”
(entrevista, prof de CD)

“ Considero como pontos fortes desta ação a partilha que se realizou de uma forma extraordinária entre pessoas de diferentes partes do planeta e com diferentes vivências e experiências”

(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

“ O facto desta oficina ter ocorrido à distância proporcionou-nos a oportunidade de partilhar experiências com pessoas de outro continente, o que foi maravilhoso”

(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

d/ Fomento da dimensão ‘global’ (professores e alunos) – cultivar e aprender com as ligações entre Norte Global e Sul Global.

Como o próprio título da oficina – “Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global – Contributos para a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento” – nos lembra, pretende-se cultivar e impulsionar ações

concretas que se relacionem e interpelem a dimensão global da Cidadania no âmbito das agendas e orientações internacionais atuais (ENEC, ENED, Consenso Europeu, Conselho da Europa, OEI, orientações da UNESCO) e face aos problemas e desafios globais que estamos a viver, começando pela própria pandemia Covid-19 e os desafios que coloca à CD.

A parceria que se estabeleceu com a OEI potencia a consciência de uma dimensão global e de conhecimento do mundo. Não é por acaso que várias propostas de trabalhos finais incidiram nestas temáticas, com particular realce para a disseminação e compreensão da Agenda 2030 do Desenvolvimento e sua interação com os Direitos Humanos, em estreita articulação com temáticas sugeridas na ENEC, ENED e Referencial de ED. Uma das dimensões que foi menos trabalhada, mas que deverá merecer atenção em próximas edições, é a possibilidade de as escolas estabelecerem geminações entre Norte Global e Sul Global. Integrar na área curricular de CD a dimensão global parece ser também relevante e merece reflexão por parte dos professores:

“ Aprendi que a ECG visa capacitar os alunos a nível da comunicação assertiva, a serem críticos e preocupados com o ambiente e com o desenvolvimento da comunidade, capazes de interagir e serem responsáveis, de promoverem valores de solidariedade, igualdade, inclusão, cooperação e justiça (base humanista). Tem também o papel de incutir o sentimento de pertença a um só mundo e a consciencialização dos problemas que o envolve, assim como o esforço em se ultrapassar as disparidades sociais locais e globais existentes ”
(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

“ Percebi que esta área está muito mais para além das atitudes dos alunos nas diferentes disciplinas. É a forma como a Escola pode e deve formar e transformar os jovens em cidadãos/cidadãs globais, responsáveis e participativos na formação de uma sociedade mais justa, mais equitativa, mais democrática, mais inclusiva, no respeito por si próprios, pelo outro, pela diversidade e pela sustentabilidade do Planeta ”
(formanda da 4ª Oficina, Relatório final)

3.3

Experiências de implementação da área curricular de CD em escolas de Gondomar

No âmbito do projeto “Educar para a Cidadania Global – contributos para a área curricular de Cidadania e Desenvolvimento”, como já foi referido, foi possível realizar entrevistas a 15 professores e/ou coordenadores da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento, os quais se disponibilizaram a dar o seu contributo, partilhando as suas perspetivas e a sua experiência. Dada a situação de pandemia e o encerramento de todas as escolas, em março de 2020, altura em que estava previsto o início do contacto mais direto com as escolas e com os professores e o início do agendamento das entrevistas, foi necessário introduzir algumas alterações ao inicialmente planeado. As visitas a escolas não se puderam realizar e as entrevistas a professores e coordenadores de CD, dada a enorme instabilidade que a passagem das aulas para formatos online provocou, tiveram que ser adiadas para um momento posterior e todas foram realizadas via zoom.



Mesmo assim, foi possível contar com uma grande disponibilidade de muitos professores e coordenadores da área, que importa assinalar. O quadro abaixo apresenta uma breve caracterização dos professores/coordenadores

que colaboraram com o projeto, não sendo identificados, no relatório, os discursos de cada um, por forma a garantir o anonimato dos diferentes intervenientes.

Quadro 8. Caracterização de professores/coordenadores entrevistados

Professor /Coordenador	Sexo	Anos serviço	Formação base - Disciplina	Anos a lecionar/ coordenar CD	Ano(s) em que leciona CD
Coordenadora	F	30	História	2	7º ano
Coordenador	M	31	EMRC	2	5º ano
Coordenadora	F	18	Matemática Ciências	2	6º ano
Coordenadora	F	27	Biologia/Geologia	2	11º e 12º ano Transversal
Coordenadora	F	30	Português	2	Não leciona
Coordenadora	F	23	História	2	7º ano
Coordenadora	F	32	História	2	7º, 8º Secundário
Professora	F	36	História	1	9º ano
Professora	F	30	Português/História	1	2º ciclo
Professora	F	18	História/Geografia	2	7º ano
Professora	F	40	História	1	7º ano
Professora	F	24	Português e Francês	–	8º ano – DT
Professora	F	22	Geografia	2	8º ano
Professora	F	25	Geografia	2	9º ano
Coordenadora	F	s/d	História	2	8º ano

3.3.1. Concepções e práticas de professores e coordenadores em torno da área curricular de CD

Tendo por base as entrevistas realizadas, considera-se pertinente dar conta de diferentes concepções e representações de professores e coordenadores sobre a área curricular de CD, da diversidade de práticas presentes nos processos de implementação da área, das motivações e dificuldades sentidas na sua concretização.

Numa primeira abordagem, é de realçar a riqueza das entrevistas, a quantidade de informação recolhida e a importância de escutar a ‘voz dos professores’ para uma melhor compreensão do que está a acontecer em torno da área de CD, em diferentes escolas. Da análise dos dados, é possível concluir que o processo de implementação da área realiza-se num movimento mais ou menos contínuo, mas a várias vozes, a ritmos diferenciados, produzindo diferentes experiências e singularidades em cada escola e em cada um dos envolvidos.

De acordo com o que dizem os nossos entrevistados, parece-nos poder estar a emergir, lentamente, pelo menos nalgumas escolas, um cenário educativo de transição capaz de uma eventual (e até desejada) mudança/transformação educativa e escolar no sentido de processos de reflexão e de tomada de consciência da interdependência, do interesse e da importância do trabalho interdisciplinar e colaborativo que se pode realizar através dos domínios de autonomia curricular (DAC), mas também do enquadramento normativo legal potenciador de outras práticas.

Efetivamente, a evolução e consolidação da área tem-se afirmado em muitas escolas, envolvendo docentes e estudantes num trabalho interdisciplinar, de ampliação de espaços de debate, reflexão e vivência democrática. As possibilidades abertas são reconhecidas por alguns dos docentes como um certo 'resgate da docência', revitalizando o gosto pela profissão e pela escola em torno de projetos potenciadores de aprendizagens significativas. Neste quadro, é reconhecido como a exploração dos conteúdos e de alguns referenciais permitem discutir e dinamizar atividades em torno da inter/multiculturalidade e dos Direitos Humanos (DH), trazendo outras culturas e perspetivas para o contexto escolar, potenciando o pensamento crítico e o auto/conhecimento sobre si, e sobre as suas relações com os outros e com o mundo.

No que diz respeito às conceções dos professores sobre a área curricular de CD, os discursos dos entrevistados evidenciam, em geral, o **reconhecimento da sua importância**, embora não seja clara a identidade específica que lhe atribuem, por comparação com disciplinas/áreas anteriormente existentes, como formação cívica, formação pessoal e social, área escola, área de projeto, com as quais tendem, em muitos casos, a estabelecer comparações, fundamentalmente numa linha

de continuidade em termos de conteúdos e até, muitas vezes, de modos de trabalho, 'esquecendo' ou subestimando a componente de Desenvolvimento presente na designação da área. A este 'esquecimento' não parece ser alheia a designação das estratégias elaboradas a nível de escola/agrupamento de Educação para a Cidadania, refletindo uma ausência de enquadramento mais político e concetual, de coerência entre conteúdo e forma, no quadro da Educação para o Desenvolvimento e da Educação para a Cidadania Global (ED/ECG).

Esta ausência de enquadramento concetual sobre a área de CD e o desconhecimento manifesto da ENED, muito claro nas entrevistas e pelos formandos das oficinas, parece dificultar o esclarecimento dos conceitos, não promovendo nem aprofundando uma discussão mais global sobre a área de CD que tende, nalgumas situações, a ser equacionada como um conjunto de temas a serem trabalhados, muitas vezes sem grande coerência ou capacidade de articulação, numa perspetiva mais global.

3.3.2. Perceções dos professores sobre as práticas em CD

A estruturação das práticas dos professores no domínio de CD toma como referenciais mais amplos um conjunto de normativos legais e documentos orientadores, entendidos como organizadores das finalidades da aprendizagem neste domínio, designadamente a ENEC.

No entanto, para diversos professores/ coordenadores, o enquadramento da sua ação na área resultou mais de uma mediação dos órgãos de gestão que, ao delinearem as estratégias de cidadania ao nível das escolas e agrupamentos, o fazem por referência aos normativos legais (como os Decretos-Lei nº 54 e 55 de 2018, o PASEO, as Aprendizagens Essenciais e a ENEC) do que

de uma relação direta com esses documentos, não sendo perceptível, nos testemunhos dos professores, de forma evidente, as implicações específicas dos contributos destes documentos na configuração das suas práticas, bem como quais os processos de recontextualização curricular que, a partir daqueles documentos, se realizaram.

A um outro nível, o dos recursos didático-pedagógicos mobilizados nas suas práticas, os docentes evidenciam, como fontes privilegiadas, diferentes repositórios institucionais de materiais, seja os que o próprio ME disponibiliza e que se encontram organizados em função de potenciais temas a abordar em CD, seja os de editoras de material escolar, designadamente os disponibilizados em plataformas digitais, ou ainda os da RTP. A mobilização destes materiais é, em muitas circunstâncias, associada a processos de adaptação/adequação aos temas que é pressuposto serem trabalhados de acordo com a Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola e aos anos de escolaridade em que lecionam. Neste processo, tendem a conviver duas lógicas: uma que decorre, sobretudo, da necessidade de lidar com a iniciação ao trabalho nesta área, e que entende os recursos pré-preparados como instrumentos securizadores; uma segunda, em que se estabelece uma relação de complementaridade, já que supõe a procura dirigida a recursos que se apresentem como congruentes/coerentes com temáticas previamente definidas e concertadas ao nível de agrupamento ou de escola. As referências a processos de (re)criação de materiais próprios, no contexto de CD, emergem igualmente nos testemunhos, ainda que com menor expressão.

O trabalho pedagógico no domínio de CD é desenvolvido a partir de metodologias diversas. Os testemunhos dos professores permitem identificar, por um lado, metodologias próximas do trabalho de projeto e, por outro, do que se

poderia designar, na expressão de um docente, como uma metodologia de “atividades oportunas”, querendo assim exprimir um trabalho que se ancora na abordagem sequencial de temáticas variadas, eventualmente associadas a efemérides ou eventos que se entende poderem ser equacionados a partir da ótica da CD. Um traço comum às diferentes abordagens, se bem que presente de forma difusa, ou no registo do desejável, coloca a tónica em modos de trabalho pedagógico que entrem em rutura com a ‘aula tradicional’, ou seja segundo registos que podem ser entendidos como mais ou menos transgressores da ‘forma escolar’ e de um certo modo de trabalho pedagógico mais rotinizado e comum. Estas opções tendem a construir-se a partir de modos diferenciados de conduzir a relação pedagógica, ao nível das práticas, de gerir os processos de avaliação, definir a mobilização e integração de recursos e parcerias no trabalho em CD, de equacionar a articulação do trabalho docente ao nível da organização escolar ou, ainda, dos temas a trabalhar, de acordo com a Estratégia de Educação para a Cidadania da escola/agrupamento.

A natureza destas práticas pedagógicas é condicionada, senão determinada, por opções a montante, ao nível da gestão e administração das escolas e agrupamentos, nomeadamente quanto a modos de inscrição de CD nos projetos educativos. As entrevistas realizadas permitem compreender que as culturas específicas de escola/agrupamento estão diretamente ligadas a uma maior ou menor capacidade de promover uma abordagem a CD que envolva coletivos de docentes e permeabilize fronteiras entre disciplinas/áreas curriculares. Assim, é reconhecido que a existência consolidada de modos de trabalho atravessados por hábitos de discussão e partilha alargada de experiências, desde logo de experiências pedagógicas, se constitui como um facilitador na concretização de uma aborda-

-gem de CD coerente e transversal à escola – pensada, usualmente, a partir de temas geradores e aglutinadores – e mobilizadora de um entendimento de que “todos os professores são de cidadania”. Estes mesmos testemunhos não deixam, contudo, de afirmar as dificuldades e o caráter permanentemente desafiante que este processo de estruturação e desenvolvimento encerra ao nível de escola/agrupamento.

As práticas pedagógicas, e em particular a escolha das temáticas que as orientam ou a definição de projetos que se desenvolvem no contexto de CD, são condicionadas pelos recursos internos disponíveis ou mobilizáveis, designadamente por via de parcerias, enquanto recursos externos. Entre as temáticas que nos agrupamentos envolvidos na pesquisa mais são referidas como estruturantes das práticas encontram-se: o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saúde e Sexualidade ou a Interculturalidade/Racismo. Neste capítulo, como importantes recursos ao serviço de CD e da exploração destas temáticas, emergem as bibliotecas escolares e os clubes de escola, devendo, no entanto, salientar-se que o papel mais proeminente é, em larga medida, atribuído a parcerias com entidades externas, com ligações aquelas temáticas (por exemplo Lipor, Eco Escolas, Centro de Saúde, Escola segura, Juntas de Freguesia, Câmaras, Lares e Centros de Dia, AMI, APAV, SOS Racismo, entre outras ONG,...), as quais desempenham papéis muito diversificados. A mobilização destas parcerias para as práticas pedagógicas se, por um lado, pode ter subjacente o reconhecimento, a importância, e mesmo imprescindibilidade, de contributos educativos diversos, que transcendem as fronteiras escolares, e pode ajudar a equacionar a CD enquanto um processo “territorializado” de ação educativa, pode também redundar num conjunto de iniciativas pontuais, em torno de temáticas diversas, cuja pertinência se associa

se associa tendencialmente ao grau de acessibilidade dos recursos externos necessários à sua concretização, sem a definição do seu sentido estratégico.

Um aspeto particularmente reconhecido como de difícil gestão no contexto das práticas pedagógicas de CD prende-se com a avaliação das aprendizagens. A natureza da área curricular e das aprendizagens que procura promover, surgem aos professores como distintas das de outras disciplinas, comportando desafios complexos, designadamente o da operacionalização de instrumentos que permitam aferir a validação das aprendizagens realizadas.

3.3.3. Perceções dos professores sobre o desempenho/interesse dos alunos em CD

No conjunto de entrevistas, **as perceções sobre o envolvimento dos alunos em CD dividem-se**. Por um lado, refere-se a adesão genuína e significativa, em termos das experiências vividas e aprendizagens realizadas e, por outro lado, constata-se uma postura de desinteresse e/ou desvalorização da área. Esta última é atribuída a características pessoais ou a razões associadas à importância relativa de CD nos percursos de escolarização, nomeadamente face a outras disciplinas/áreas curriculares sujeitas a exames nacionais, particularmente a nível do ensino secundário. O papel dos docentes/escolas na definição das experiências de aprendizagem proporcionadas é reconhecido como sendo muito diverso, podendo ajudar a explicar as diferentes posturas, uma vez que os alunos “*se envolvem em função do estímulo que lhes é dado*” (entrevista, prof CD). As perceções mais positivas sobre o envolvimento dos alunos em CD aparecem articuladas, claramente, com as práticas pedagógicas e com o que elas induzem.

Assim, reconhece-se que um clima e uma dinâmica que favorece a expressão da “voz dos alunos”, que promove a iniciativa e a ação e o exercício do pensamento crítico, permitem que estes se sintam “em movimento”, isto é, que mais facilmente integrem esta experiência como uma “aprendizagem única” e simultaneamente como “útil”, respondendo assim, também, ao que está previsto no PASEO, em termos de competências e valores.

Entre as dinâmicas reconhecidas como significativas encontram-se as que, em articulação com interesses e expectativas dos alunos, permitem a experiência de processos que apelam à participação democrática e, essencialmente, à tomada de decisão, como as assembleias (de alunos, de delegados...), o envolvimento em fóruns, como parlamento jovem, ou em processos de construção de orçamentos participativos. Um outro aspeto que merece destaque nas palavras dos docentes remete para o que se poderá designar como ações com um sentido social, querendo-se assim exprimir o envolvimento dos alunos em processos que supõem uma intervenção junto das comunidades em torno de situações reconhecidas como problemáticas, destacando-se aqui em particular o “voluntariado” e o que, não sem ambiguidades, se poderá considerar de lógicas assistencialistas de ação social.

Por seu turno, as perceções que tendem a acentuar o desinvestimento dos alunos na área da CD invocam, em certos casos, a falta de autonomia, iniciativa ou curiosidade que impedem um envolvimento significativo com as problemáticas abordadas e, noutros casos, particularmente no que se refere a alunos do ensino secundário, a sua desvalorização, assinalando-se como causas subjacentes a pressão e mesmo competição em torno das classificações e dos exames nacionais.

3.3.4. Constrangimentos ao trabalho docente na área curricular de CD

Ao longo das entrevistas, professores e coordenadores foram dando conta de constrangimentos de ordem muito diversa com que vão sendo confrontados, cuja ultrapassagem exige respostas diferenciadas e a vários níveis.

Um dos problemas colocados, e que assume especial relevância quando estamos a falar de professores ou coordenadores, é a sensação de **uma certa desvalorização da área de CD e da incompreensão sentida da parte de outros elementos do corpo docente quanto à sua relevância e significado**, patente nos discursos e nas práticas de diferentes professores, particularmente em certos níveis de ensino (com maior incidência no secundário, e por relação às disciplinas que têm exames nacionais) e em certos grupos disciplinares. Neste âmbito, são mesmo referidas a adoção de estratégias e de lógicas de organização da área que conflituam com a sua dimensão transversal, nomeadamente a sua concentração no tempo e no início do ano letivo, por forma a não se constituir como uma ‘distração’ face a disciplinas sujeitas a processos de avaliação mais seletivos, apresentadas, assim, objetiva e subjetivamente, como mais importantes na definição das aprendizagens, dos percursos de escolarização e de prossecução de estudos.

Este sentimento de desvalorização aparece igualmente por referência à escassez dos tempos letivos atribuídos à área, dificultando o desenvolvimento de um trabalho pedagógico mais consistente. Contribui de igual modo para esta desvalorização, e de forma muito significativa, a inexistência de professores profissionalizados na área, com implicações a diversos níveis, designadamente numa menor atenção à importância e reconhecimento adequado de formação contínua específica e no facilitar de um certo ambiente de descrédito quanto à continuidade da disciplina/área curricular.

Vários professores entrevistados referem a falta de confiança manifestada por muitos outros docentes quanto à continuidade da área, remetendo para uma memória profissional relacionada com outras áreas igualmente entendidas como significativas, que foram sendo extintas e que, do mesmo modo, não tinham professores profissionalizados e eram da responsabilidade do diretor de turma (formação pessoal e social, formação cívica, educação para a cidadania), e até a forma como, por vezes, se sentem pressionados para prestar uma menor atenção ao que não passaria de uma “*moda*”, que “*não vai a lado nenhum*”.

Esta memória profissional tem outras implicações, designadamente ao nível da maior ou menor compreensão dos objetivos e do âmbito da disciplina/área curricular e das suas especificidades, particularmente quando não é claro o seu enquadramento concetual.

Quanto à implementação da área, são identificadas diversas questões que se prendem com: *i*) a sua maior ou menor articulação com o projeto educativo da escola; *ii*) a participação ou não participação dos docentes e/ou dos coordenadores em estruturas de discussão e decisão sobre as grandes linhas orientadoras do trabalho educativo, designadamente ao nível dos Conselhos Pedagógicos; *iii*) a resistência de professores de outras disciplinas em se envolver em projetos transversais; *iv*) os tempos, espaços e recursos disponíveis, muitas vezes considerados insuficientes, obrigando a uma sobrecarga de esforço dos professores envolvidos.

A estas questões soma-se o cansaço sentido por muitos professores, em resultado da estrutura etária do corpo docente, mas também da sensação de desvalorização da sua carreira e do trabalho dos professores, designadamente da sua capacidade de mobilizar e atualizar a sua experiência profissional, a que acresce o sentimento de pouco reconhecimento do seu papel social e educativo.

Tendo as entrevistas decorrido numa situação geral de confinamento, dada a pandemia, naturalmente que foram identificadas outras dificuldades, em grande medida resultantes da passagem de um ensino presencial para o ensino a distância. Em particular, os professores assinalam o que foi a necessidade de alterar os modos de trabalho pedagógico que vinham privilegiando nesta área disciplinar, nomeadamente a ênfase em metodologias participativas. Outros aspetos referidos terão sido mais transversais aos professores de todas as áreas curriculares, nomeadamente o confronto com a diversidade de situações específicas dos alunos e que, inevitavelmente, tornou mais visíveis diversas facetas das desigualdades sociais que atravessam as escolas, obrigando a uma outra atenção ao acompanhamento dos alunos. Simultaneamente, diversos projetos, nos moldes em que estavam pensados, tiveram que ser interrompidos, assumindo as questões relativas à Covid-19 e à situação de muitos alunos uma grande centralidade.

04

Considerações Finais



a) Resultados do projeto

Tendo em consideração os resultados esperados do projeto, podemos considerar que estes foram não só cumpridos, como superados, relativamente ao inicialmente previsto. Face à dinâmica do projeto e aos ajustes realizados e já referidos, foi possível desenvolver atividades que não estavam programadas e, assim, atingir novos resultados, permitindo atingir os objetivos do projeto, nas suas diferentes dimensões. Na figura abaixo (figura 4), apresentam-se graficamente os resultados esperados, as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados, bem como a relação entre eles.

Figura 4. O projeto: resultados esperados, atividades desenvolvidas e resultados obtidos

Resultados Esperados	Atividades Desenvolvidas	Resultados Obtidos
<ul style="list-style-type: none"> R1: Levantamento de experiências/aprendizagens sobre ED/ECG; R2: 2 Oficinas realizadas (60 horas de formação total) e materiais de ED/ECG utilizados, incluindo os materiais da OE; R3: Seminário de Divulgação de resultados realizados (que vai envolver, entre outros, os 60 professores formados nas 2 oficinas realizadas em 2019 e 2020, apresentando os trabalhos finais/propostas de atividades na área de ED/ECG); R4 : 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada envolvidos 	<ul style="list-style-type: none"> A1.1: 15 Entrevistas a professores e coordenadores de CD; A1.2: Levantamento recursos educativos de ED/ECG; A1.3: Levantamento de Teses e Dissertações sobre ED/ECG na Escola; A2: 3 Oficinas de formação de professores; A3: Seminário Final do Projeto online; A4: 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada (CFJR) e 4 Agrupamentos de Escolas de outros CFAES; A5: Página Web do Projeto com Resultados do projeto; A6: Participação em evento científico 	<ul style="list-style-type: none"> R1.1: Conhecimento de conceções e práticas pedagógicas na área curricular de CD em contexto de sala de aula/escola; R1.2: Identificação de 71 recursos educativos em ED/ECG, em língua portuguesa e integrando propostas de atividades, disponíveis publicamente para serem mobilizados na área curricular de CD, classificados por domínio/tema; R1.3: Identificação de 83 dissertações e teses produzidas sobre ED/ECG no ensino formal; R1.4: Relatório Final do Projeto; R2: 3 Oficinas de formação de professores; 68 professores formados; 90 horas de formação realizadas; mobilização do Referencial de Educação para o Desenvolvimento e da ENED; R3: Seminário Final do projeto com apresentação de projetos de escolas e participação das entidades parceiras, DGE e Ministério da Educação; acreditado como ACD;acreditação de 225 professores e 473 participantes; R4: 9 Agrupamentos de Escolas e uma Escola Secundária não agrupada (CFJR) e 4 Agrupamentos de Escolas de outros CFAES; R5: Divulgação de resultados do projeto em página web; R6: Apresentação de comunicação no XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

b) **Desafios para a área curricular de CD**

Os dados obtidos através da diversidade de atividades realizadas, que cruzaram as dimensões de formação e investigação, permitiram a emergência e identificação dos contributos da ED/ECG para a CD, mas também de desafios que se colocam a esta nova área curricular, sobretudo se entendida enquanto nova área e não apenas como replicação de áreas e/ou disciplinas com existências mais ou menos efémeras no Sistema Educativo. Se a conjugação da Cidadania com o Desenvolvimento, na identificação da área curricular, não for resultado de um acaso, mas sim da assunção de um mandato educativo que concetualiza a Cidadania para além das fronteiras nacionais, complexificando as questões que lhe estão associadas, num contexto de crescente interdependência e globalização, então importa acentuar alguns desafios que emergiram no quadro deste projeto.

Sem pretensões de hierarquização da sua importância e/ou prevalência, considera-se que os desafios que se colocam a esta área se organizam em torno de cinco grandes domínios: Concetualização da área de CD; Apropriação e institucionalização da área de CD; Formação de professores e coordenadores; Recursos Educativos e Parcerias.

Estas considerações finais constituem-se, assim, simultaneamente, como desafios para a adoção/implementação desta área curricular no contexto específico dos agrupamentos e escolas envolvidos no projeto – mas também como desafios comuns a contextos análogos –

e, por outro lado, poderão servir como base de reflexão e ponto de partida para o lançamento de uma segunda fase deste projeto.

No que respeita à concetualização da área de CD, especificamente quanto à articulação entre cidadania e desenvolvimento, surge como relevante:

- clarificar melhor a identidade da área e os seus objetivos e princípios enquadramentos, tendo em conta que a sua genealogia ao ser associada ao que foram a Formação Pessoal e Social, Formação Cívica, Educação para a Cidadania, introduz alguma ambiguidade no modo como se concebe o que a área curricular CD é ou pode ser;
- valorizar a dimensão do desenvolvimento e da cidadania global em toda a sua extensão, nos documentos que são mobilizados para enquadrar o trabalho dos docentes;
- ultrapassar a subordinação exclusiva da área de CD à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, dado que as características desta induzem uma conceção de cidadania e desenvolvimento por acumulação e adição de temas identificados;
- não restringir a área de Cidadania e Desenvolvimento às Estratégias Nacionais de Educação para a Cidadania e Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola;
- articular as duas estratégias nacionais que convergem para a área curricular de CD – ENED e ENEC, numa lógica de coerência nas políticas públicas.

No que respeita à apropriação e institucionalização da área de CD:

- articular a área de CD com os projetos educativos de agrupamento, através da participação dos coordenadores da área de CD no Conselho Pedagógico, de modo a permitir uma discussão mais integrada da área e potenciar a construção de entendimentos mais alargados entre o conjunto dos grupos disciplinares;
- ponderar a possibilidade de uma eventual profissionalização de professores para a docência na área curricular de CD, enquanto forma de contrariar um ambiente que tende a atribuir à área um caráter conjuntural e provisório, ao sabor do contexto político e das mudanças a nível do ME;
- considerar a tensão entre o significado positivo atribuído à área pelos respetivos professores e coordenadores e a desvalorização que sentem daquela por parte de outros professores;
- acautelar a desvalorização da área curricular, pelos próprios professores responsáveis por ela, no ensino secundário, face à pressão da avaliação externa das aprendizagens em disciplinas consideradas nucleares.

No que respeita a Formação de professores e coordenadores:

- aprofundar e consolidar, concetual e metodologicamente, a área da ED/ECG e o seu contributo para a implementação da área curricular de CD, com foco na componente do desenvolvimento sustentável e na relação entre Cidadania e Desenvolvimento;
- valorizar o conhecimento, experiências, competências, estratégias e valores inerentes à área de Cidadania, que muitos professores já trabalham nas suas salas de aula ao longo dos últimos anos, de modo a recontextualizá-los para a nova área de CD, o que os pode “empoderar” e dar um novo sentido ao seu trabalho;

- atribuir relevância, em situações de formação, aos contextos de trabalhos dos professores, com a aposta no trabalho colaborativo e na reflexão crítica sobre esta área, com implicações concretas para a ação e implementação da área de CD.

No que respeita aos recursos educativos:

- investir na criação e/ou adaptação de recursos educativos inovadores para a efetiva implementação da área, sobretudo no que tange à dimensão do Desenvolvimento (trabalhar e refletir sobre a ligação entre Cidadania e Desenvolvimento), e analisar criticamente os materiais existentes em ED/ECG para poderem ser utilizados de forma consciente numa perspetiva de Cidadania Global inteligente;
- promover a investigação sobre conceções, práticas, metodologias, recursos e trabalhos na área curricular de CD;
- mobilizar conhecimento produzido em contextos académicos sobre a área de CD, junto de escolas e professores.

No que respeita às parcerias:

- desenvolver um trabalho educativo mais globalizado (outros atores educativos e outras modalidades de ação educativa) por via do estabelecimento de parcerias com diferentes entidades e projetos, mas sem o reduzir à simples adição de um conjunto de iniciativas não articuladas entre si, fragmentadas e desenquadradas do contexto local e do projeto educativo do agrupamento;
- desenvolver parcerias para a “internacionalização” da formação e aprendizagens com outros contextos do Sul Global: a dimensão “global” do ser educador e professor é muito relevante e crucial, podendo a área de Cidadania e Desenvolvimento ter um papel importante de enquadramento desta dimensão e na sua inclusão a nível do currículo, da escola e da comunidade local e global.



B I B L I O G R A F I A

Cardoso, J. Pereira, L. T. & Neves, M. J. (coords.) (2016) *Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação (disponível em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_desenvolvimento/Documentos/referencial_de_educacao_para_o_desenvolvimento)

Direção-Geral da Educação (2012) *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação.

FGS/CIDAC (2019) *Iniciativas de Educação para a Cidadania Global em meio escolar. Um estudo exploratório*. (disponível em <https://fgs.org.pt/wpcontent/uploads/2019/01/Desafios-Globais-Final.pdf>)

Mesa, M. (2014) Precedentes y Evolución de la Educación para el Desarrollo: un modelo de cinco generaciones, *in Sinergias ED*, 1 (disponível em <http://sinergiased.org/index.php/revista/item/52-manuela-mesa-precedentes-y-evolucion-de-la-educacion-para-es-desarrollo-un-modelo-de-cinco-generaciones#nota1>)

Nussbaum, M. (2014) *Educação e Justiça Social*. Mangualde: Edições Pedagogo.

UNESCO (2016) *Repensar a Educação – Rumo a um bem comum global?*. Brasília: UNESCO.

UNESCO (2016) *Educação 2030 – Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação – Rumo a uma Educação de Qualidade, Inclusiva e Equitativa e à Educação ao longo da Vida para Todos*. Brasília: UNESCO.



LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS NACIONAIS

Lei 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Decreto-Lei 286/89, de 29 de agosto – aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário

Decreto-Lei 06/2001, de 18 de janeiro – aprova a reorganização curricular do ensino básico

Decreto-Lei 07/2001, de 18 de janeiro – estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos do ensino secundário regular, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional

Decreto-Lei 74/2004, de 26 de março – estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular, bem como da avaliação das aprendizagens, no nível secundário de educação

Despacho n.º 25931/2009, de 26 de novembro – aprova a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Decreto-Lei 50/2011, de 8 de abril – introduz o exame final nacional optativo de Filosofia, elimina a disciplina de Área de Projeto e cria a disciplina de Formação Cívica no currículo dos cursos científico-humanísticos, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março

Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho – estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário

Despacho 6173/2016, de 10 de maio – cria o Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, que tem a missão de conceber uma Estratégia de Educação para a Cidadania, a implementar nas escolas do ensino público, com o objetivo de incluir nas saídas curriculares, em todos os graus de ensino, um conjunto de competências e conhecimentos em matéria de cidadania

Despacho 6478/2017, de 26 de julho – homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, 2017

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, 2017

Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho – estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, de 16 de julho – aprova a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018 -2022 (ENED 2018 -2022)



A P Ê N D I C E S



Apêndice 1. Cartaz e programa do Seminário Final do Projeto





Educar para a Cidadania Global

Contributos para a Área Curricular de Cidadania e Desenvolvimento

26 e 27 < novembro > 2020

17h00 /> 19h30

FPCEUP

Evento *online* em: <http://bit.ly/...>

Inscrições em: <http://bit.ly/...>

Nota: Este seminário tem acreditação como Acção de Curta Duração para professores e outros educadores

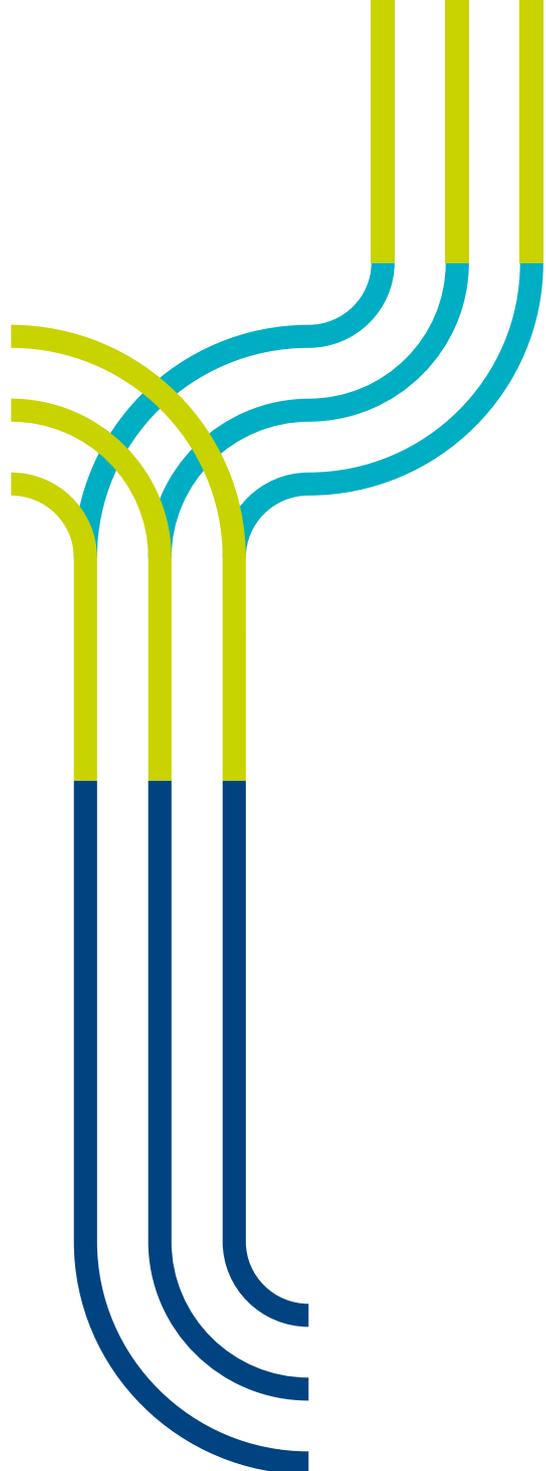
40
ANOS

U. PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

OEI

Organización de Estados
Iberoamericanos

Organização de Estados
Ibero-americanos



Estrada das Laranjeiras, 205
1649-018 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 811 780

oei.int

-  OEI Portugal
-  OEI Portugal
-  @PortugalOei
-  @oeiportugal
-  OEI Portugal